

Jornal da Unicamp

Hora e vez dos direitos humanos



O cardeal D. Paulo Evaristo Arns durante palestra que proferiu no Centro de Convenções da Unicamp no dia 11 de dezembro

Campeão da defesa dos direitos humanos no Brasil desde a elaboração do documento *Brasil*.

Nunca Mais, que denunciou os cárceres da ditadura pós-64, a presença do cardeal D. Paulo Evaristo Arns foi o ponto alto das celebrações, na Unicamp, em 11 de dezembro último, dos 50 anos da Declaração Universal dos Direitos do Homem. Em entrevista concedida ao Jornal da Unicamp, D. Paulo reconhece que o país melhorou desde então em termos de liberdade individual e coletiva, mas piorou quanto à violência e ao desemprego nos segmentos mais desprotegidos da sociedade. A concorrida palestra do cardeal coincidiu com o lançamento, em São Paulo, do manual *Direitos Humanos no Cotidiano*, vasta obra que teve a coordenação da professora da USP Roseli Fischmann e a participação de mais de uma centena de colaboradores, entre os quais o professor Mohamed Abib, da Unicamp. Páginas 6 e 7

Coração artificial é testado com êxito em animais

O primeiro coração artificial total, inteiramente desenvolvido com tecnologia brasileira, foi apresentado no último dia 9, na Faculdade de Engenharia Mecânica (FEM) da Unicamp pelo engenheiro mecânico Aron José Pazin de Andrade. O dispositivo eletro-mecânico é capaz de simular os batimentos cardíacos, bombear até seis litros de sangue por minuto e ser implantado em seres humanos. Sua principal finalidade será auxiliar o trabalho do coração natural quando este apresentar problemas, como por exemplo no caso da espera de um transplante. Por enquanto os testes, realizados há cerca de um mês em carneiros, foram satisfatórios. As avaliações clínicas em humanos, porém, deverão ocorrer dentro de dois anos.

As pesquisas que levaram Andrade a desenvolver o protótipo e testá-lo compõem sua tese de doutorado "Projeto, protótipo e testes *in vitro* e *in vivo* de um novo modelo de coração artificial total (TAH) por princípio eletro-mecânico de funcionamento" orientada pelo professor Celso Arruda e defendida junto à FEM. Os estudos

foram iniciados em 1995 no *Baylor College of Medicine*, em Houston (EUA), quando o engenheiro mecânico participou da equipe que produziu um dispositivo semelhante, só que com características diferentes das do aparelho apresentado. Para o desenvolvimento do equipamento, Andrade contou com recursos da ordem de R\$ 100 mil, financiados pelo Instituto Dante Pazzanese de Cardiologia (São Paulo), pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) e pela *National Institute of Health* (NIH). Para concluir o projeto, ele calcula que ainda serão necessários cerca de US\$ 2 milhões.

O funcionamento — Do tamanho de uma bola de tênis (medindo aproximadamente 85 milímetros), o coração mecânico consiste em uma bomba de sangue pulsátil de corpo único, composta de duas câmaras de bombeamento. Possui um corpo central onde é acondicionado um motor de corrente contínua. Sua instalação deve ser feita junto à cavidade torácica, ao lado do coração natural, sendo que a ligação com a artéria aorta ocorre através de tubos de tecidos sintéticos. O equipamento é con-

trolado por computador e alimentado por uma bateria elétrica. No futuro, segundo Andrade, o microcomputador poderá ser substituído por um *chip* a ser instalado no corpo do paciente.

Para não ocorrer riscos de rejeição, a tecnologia utilizada foi a de biolização, ou seja, o aparelho é revestido por uma camada interna composta por gelatina de pele bovina adaptada para o corpo humano, explica o professor Celso Arruda. A grande vantagem do novo modelo de coração é que pode ser implantado sem que se retire o coração natural. Segundo Andrade, este aspecto difere de outros modelos desenvolvidos nos Estados Unidos em que é necessária a retirada do coração natural. "Despojado do órgão, a sobrevida do paciente poderá diminuir, caso haja falha no sistema", diz. O protótipo é 40% menor do que um coração natural de



Arruda e Aron durante demonstração do coração no início do mês

uma pessoa adulta, que pese aproximadamente 80 quilos.

Testes — O projeto foi idealizado basicamente em três etapas. A primeira representa a construção do protótipo e os testes *in vitro*, ou seja, em bancadas de laboratórios. Na segunda, os testes passaram a ser realizados em dois animais, que num primeiro teste permaneceram um total de cinco horas vivos, somente com o coração artificial. "Neste caso, o objetivo era saber se o equipamento

manteria a pressão do carneiro", explica Andrade. A última etapa, que deverá ser iniciada tão logo os recursos estejam disponibilizados, consta de avaliações em humanos. "Só iremos utilizar o equipamento em seres humanos quando os resultados estiverem em 100% positivos", afirma Andrade. Até então as cirurgias cardíacas mais complexas só contavam com bombas isoladas de assistência ventricular, que não tinham a função de substituir o trabalho do coração natural. (R.C.S.)

MEMÓRIA

Tragtenberg, o tamanho da perda

Agueda B. Bittencourt



Um escrito biográfico envolve pelo menos duas histórias, a do biógrafo e a do biografado e entre ambas muito de fantasia, ficção e sentimento. O leitor deve precaver-se, sabendo que vai ler uma história marcada pela complexidade que inclui também o momento em que a história é escrita. Maurício faleceu há menos de um mês deixando uma enorme lacuna no cenário acadêmico e mais especificamente no campo das ciências humanas e na educação. Contar aspectos da sua história se impõe como uma tarefa árdua que evoca lembranças, desperta saudades. Uma tarefa honrosa, porque recai sobre quem teve o privilégio de estar próximo e de alguma forma participar dessa história. É com esse espírito que cumprio o desafio de remexer papéis antigos e espaços da memória buscando traduzir um pouco do que foi esse mestre e amigo de todas as horas. Quero contar a história cedendo-lhe, no mais das vezes, a palavra.

Maurício ficou conhecido como um autodidata, libertário e radical. Tais adjetivos nem sempre serviram para expressar seu lugar na academia, a sua estatura no campo da pesquisa nem mesmo para mostrar o trabalho que realizou para construir sua própria formação. Quando no Memorial¹ ele expõe sua trajetória, os caminhos trilhados vai buscar suas raízes no grupo de imigrantes judeus que chegou ao Brasil, do qual faziam parte seus avós. "Minha biografia começou no interior do Rio Grande do Sul, onde meus avós aportaram na qualidade de camponeses pequenos proprietários, fugindo dos pogroms, cultivando como unidade familiar uma agricultura de subsistência onde o excedente era vendido no mercado, em Erebangó, que depois tornou-se Erexim e, finalmente Getúlio Vargas. (1991, p.79)

Lembranças do meio rural, dos campos cobertos de gelo no inverno, do avô preocupado com a chegada do Messias, das leituras e discussões dos mais velhos dão uma idéia de como essa inteligência privilegiada foi se produzindo e alimentando para formar o pensamento político e social que marca sua obra. "Os camponeses de Erebangó, ajudados pela imprensa libertária, aprimoraram o senso coletivo de vida e

trabalho aprendendo uns com os outros. Todos eram alunos e professores e aprendiam ao mesmo tempo os segredos do cultivo da terra. À luz de vela, à noite, aprendiam e ensinavam português, espanhol, russo e esperanto, lia-se em Erebangó muitos autores anarquistas russos como Kropotkine, Bakunin, especialmente Tolstói, com seu anarquismo religioso, anticlerical, que era o autor preferido."

E a escola?, cabe perguntar. Maurício freqüentou o Grupo Escolar, em Porto Alegre mas não foi além da 3ª série do curso primário, tempo suficiente para presenciar a supressão de aulas para recepcionar o integralista, Plínio Salgado, nos tempos em que este apoiava o Estado Novo de Getúlio Vargas.

As lições seguintes desse mundo que Maurício chamou suas universidades lhe foram dadas em São Paulo, para onde se dirigiu com a mãe, após a morte precoce do pai. Começou a trabalhar para ajudar no orçamento doméstico e freqüentava um bar para onde "acoriavam trabalhadores de origem letã, lituana, russa, polonesa, muitos haviam inclusive participado da Revolução Russa, haviam topado pessoalmente com Lenin, Trotsky, Zinoviev ou Bakunin. Não eram "temas" da academia e sim expressão da relações sociais e políticas vividas." Esses autores acompanharam o pesquisador durante toda sua vida.

Aos 16 anos uma experiência política marcará profundamente a sua história e se converterá numa de suas citações prediletas nas críticas à burocracia e ao exercício de poder no interior dos partidos políticos de diferentes vertentes ideológicas. Filiou-se ao PCB, fez trabalhos de base (colou cartazes, pichou muros, distribuiu panfletos) mas na discussão política as ordens eram ouvir e seguir. Maurício discordou e foi expulso com base no artigo 13 do Estatuto do Partido: "É proibido ao militante do partido qualquer contato direto ou indireto com trotskistas ou outros inimigos da classe operária." Este fato fez saltar para o primeiro plano o revolucionário Trotsky, lido e relido de cabo a rabo.

Muito jovem ainda, trabalhou no Departamento de Águas de São Paulo e aí aprendeu, na prática diária, como funciona a burocracia em órgãos públicos, os sistemas de privilégios e favores, os apadrinhamentos e a prevaricação, outro tema presente em boa parte de sua obra e que fez dele o intelectual de referência para os estudos sobre Max Weber

e o tema da burocracia. O trabalho no Departamento de Águas não foi importante apenas porque lhe permitiu conhecer de perto a lógica e as estratégias da burocracia mas, especialmente porque um expediente de 6 horas diárias lhe deixava livre outras 6 a 8 horas por dia para freqüentar a Biblioteca Municipal Mário de Andrade.

Nessa biblioteca era possível ler o que lhe interessasse e discutir, nas saídas para o cafézinho, com outras pessoas que acabaram por se constituir em peças-chave na história do intelectual. "O chamado grupo da biblioteca era composto na época por Silvia Leser, Bento Prado Jr., Aracy Martins Rodrigues, Carlos Henrique Escobar, Flávio Rangel, Antunes Filho, Maria Lúcia Montes, Leôncio Martins Rodrigues, Claudia Lemos. Lia-se de tudo, de Aristóteles a Spengler, passando por Fernando Pessoa, Sá-Carneiro e José Régio."

Maurício não esqueceu também da família Abramo, Dna. Yole e os filhos Lélia, Beatriz, Athos e Perseu com quem, nas tardes de domingo, aprendeu muito da cultura italiana, inclusive a língua, e adquiriu uma visão crítica do bolchevismo.

É por convite de Antonio Cândido, nos corredores da biblioteca, que ele se candidata ao vestibular para Ciências Sociais na USP, com uma monografia sobre Planejamento, que depois será publicada em livro. Aprovado, começa a cursar a universidade convencional. No final do primeiro ano abandona o curso e se candidata a novo vestibular, agora para o curso de História, na mesma universidade, concluindo regularmente.

Daí para a frente atua como professor secundário em escolas públicas do Estado de SP e inicia sua carreira de professor universitário na Faculdade de Filosofia Ciências e Letras de Rio Preto, vivendo uma espécie de auto-gestão pedagógica. Experiência efêmera, destruída em 1964, pelo governo militar, com demissão sumária de boa parte dos professores, Maurício entre eles. Punido pelos militares pelo crime de livre pensar, sofreu um esgotamento nervoso que lhe valeu uma internação por 90 dias no Instituto Aché, hospital psiquiátrico, onde com permissão médica pode ler e aí estruturou, nestes 90 dias, a sua tese de doutorado, defendida na área de Política na USP e que se converteu numa obra clássica de Administração e Política - "Burocracia e Ideologia"².

Esse rápido olhar sobre a biografia do Professor Maurício



Tragtenberg: autor de oito livros e domínio de seis idiomas

A trajetória de um autodidata

Uma parada cardiopulmonar fez calar a voz de um dos pensadores mais completos da segunda metade deste século: o professor Maurício Tragtenberg. Ele faleceu no último dia 17 de novembro, em São Paulo. Docente aposentado pela Fundação Getúlio Vargas, o professor Maurício ainda lecionou na graduação e pós-graduação da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC) no primeiro semestre deste ano. Na Unicamp, ele foi professor na Faculdade de Educação de 1975 a 1992 e um dos fundadores da revista *Educação e Sociedade*, editada pela faculdade.

Autodidata por imposição da situação financeira da

época, o professor Maurício freqüentou, mais tarde, os bancos universitários na Universidade de São Paulo, onde cursou História. Dominava pelo menos seis línguas. Ao longo dos anos escreveu cerca de oito livros, entre eles, *Burocracia e Ideologia*, *Administração, Poder e Ideologia*, *Reflexões sobre o Socialismo*. Em seu currículo constam inúmeros artigos publicados em jornais e revistas de grande circulação sobre vasta diversidade de assuntos - educação, administração, política, história, sociologia. Por sete anos consecutivos analisou temas de interesse dos trabalhadores na coluna "No batente", do *Jornal Notícias Populares*. (R.C.S., da Redação)

Tragtenberg permite perceber como toda a sua história de Intelectual, Militante e Pesquisador está ancorada em uma vida plena de experiências, no sentido benjaminiano do termo, experiências individuais inseridas na história social. É pois graças a este entrelaçamento entre vida e obra que a segunda ganha especial relevância e veracidade. A escolha dos temas de pesquisa, de espaços de militância esteve sempre balizada pelo fator relevância social e originalidade. Ele não se cansava de repetir aos seus orientandos que não valia a pena abrir porta aberta. Com esta preocupação era também incansável na busca de literatura de diferentes campos para iluminar o problema que se propunha analisar, trazendo assim para a edu-

cação estudos produzidos nas áreas de política, economia, história, sociologia, antropologia...

É essa biografia que fez o professor João Bernardo afirmar: "Foi um choque a notícia da sua morte. A independência de espírito não se encontra todos os dias."

Agueda B. Bittencourt é professora da Faculdade de Educação da Unicamp

¹ Este texto traz várias citações do Memorial, apresentado pelo Professor Maurício Tragtenberg por ocasião de seu concurso para Professor Titular, na FE da UNICAMP, 1990, publicado na Revista *Pró-Posições*, n. 4.

² Tragtenberg, M., *Burocracia e Ideologia*, São Paulo, Atica, 1977. *Administração Poder e Ideologia*, 2ª edição, São Paulo, Cortez, 1989. *Reflexões Sobre o Socialismo*, 4ª edição, São Paulo, Editora Moderna, 1990.

UNICAMP — Universidade Estadual de Campinas

Reitor — Hermano Tavares. **Vice-reitor** — Fernando Galembeck. **Pró-reitor de Desenvolvimento Universitário** — Luiz Carlos Guedes Pinto. **Pró-reitor de Extensão e Assuntos Comunitários** — João Wanderley Geraldi. **Pró-reitor de Pesquisa** — Ivan Emílio Chambouleyron. **Pró-reitor de Pós-Graduação** — José Cláudio Geromel. **Pró-reitor de Graduação** — Angelo Luiz Cortelazzo.

Elaborado pela Assessoria de Imprensa da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp). Periodicidade mensal. Correspondência e sugestões: Cidade Universitária "Zeferino Vaz", CEP 13081-970, Campinas-SP — Telefones (019) 788-7865, 788-7183, 788-8404. Fax (019) 289-3848. **Home-page** — <http://www.unicamp.br/imprensa>. **E-mail** — imprensa@obelix.unicamp.br. **Editor** — Eustáquio Gomes (MTb 10.734). **Subeditor** — Amarildo Carnicel (MTb 15.519). **Redatores** — Antônio Roberto Fava (MTb 11.713), Célia Piglionne (MTb 13.837), Isabel Cristina Gardenal de Arruda Amaral, Nadir Antônia Platano Peinado (MTb 16.413), Raquel do Carmo Santos (MTb 22.473) e Roberto Costa (MTb 13.751). Colaboradores: Paulo César do Nascimento (MTb 14.812), Maristela Tesseroli Sano (MTb 22.135) e Maria do Carmo Pagani (MTb 17.631). **Fotografia** — Antoninho Marmo Perri (MTb 828). **Projeto Gráfico** — Amarildo Carnicel. **Ilustração** — Oséas de Magalhães. **Diagramação** — Roberto Costa, Dário Mendes Crispim e Hélio Costa Júnior e Oséas de Magalhães. **Editoração Eletrônica** — Dário Mendes Crispim, Hélio Costa Júnior e Oséas de Magalhães. **Serviços Técnicos** — Clara Eli de Mello, Dulcinéia Ap. B. de Souza e Edison Lara de Almeida. **Fotolito e Impressão: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo.**

Unicamp perde seu primeiro professor

Walter August Hadler foi um dos pioneiros da fundação da Universidade

Um dos pioneiros na história da fundação da Unicamp, o médico Walter August Hadler, faleceu no último dia 30 de novembro, aos 79 anos de idade. O professor Hadler foi o primeiro docente contratado da Universidade junto à atual Faculdade de Ciências Médicas, em 1963. Também foi um dos responsáveis pela implantação do Instituto de Biologia e primeiro diretor da unidade, no período de 1969 a 1982. Desde 1992, já aposentado, o médico vinha desenvolvendo atividades profissionais fora da Universidade.

Formado em 1943 pela Faculdade de Medicina de São Paulo (atual Universidade de São Paulo), o professor Hadler doutorou-se em 1955, também pela USP. Especializado na área de Histologia e Embriologia, ele publicou cerca de 200 trabalhos científicos, participando inclusive na organização da maioria das disciplinas do curso.

Por sua inequívoca experiência nas atividades administrativas e didáticas, ele também colaborou ativamente na instalação de outros institutos da Universidade e pertenceu à comissão encarregada de elaborar o primeiro estatuto da Unicamp e à comissão que organizou o seu primeiro regimento interno. (R.C.S.)

DEPOIMENTO

Hadler esteve na origem da FCM

João Antonio Vozza e
Alba Sanches Patelli

Em maio de 1963, no antigo Teatro Municipal de Campinas, era ministrada pelo médico e professor Walter August Hadler a aula inaugural da recém-criada Faculdade de Medicina da Universidade Estadual de Campinas.

O professor Hadler radicou-se em Campinas meses antes, vindo do Departamento de Histologia da Faculdade de Medicina de Ribeirão Preto, dedicando-se nesse período, após acurados estudos, à listagem de equipamentos, materiais e reagentes para o Laboratório de Histologia. Ainda no ano de 1963 o laboratório funcionou graças a seu entusiasmo, esforços e dedicação utilizando equipamentos improvisados, tais como estufas feitas em caixas de madeira aquecidas com lâmpadas comuns, cubas para coloração montadas com mantegueiras e pentes plásticos, além de outros equipamentos emprestados (microscópios) que eram colocados em mesas improvisadas com tábuas sobre cavaletes utiliza-

das para aulas práticas.

Como resultado alguns meses depois, no congresso da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC), a equipe por ele chefiada apresentou vários trabalhos científicos de valor comprovado pela sua posterior publicação em revistas internacionais. Nesse mesmo ano, dado o início tardio do ano letivo, o professor Hadler e seus assistentes (Dr. J. A. Vozza, Dra. A. S. Patelli, Dr. J. B. H. De Lucca, Prof. L. Zitti) envolveram-se num mutirão de aulas que durante todo o ano foram dadas, inclusive em feriados e sábados. Esse trabalho todo foi desenvolvido por ele, paralelamente ao treinamento de técnicos, tendo por essa ocasião até iniciado os trabalhos profissionais do hoje conhecido médico-legista Fortunato Badan Palhares.

Após a mudança do primeiro reitor, professor Cantídio de Moura Campos, para o segundo reitor, professor Mário Degni, surgiram numerosos problemas administrativos, causados por discordâncias entre a administração e o corpo docente. O professor Hadler e sua equipe envolveram-se decididamente nessas dispu-

tas, resultando nos primeiros contatos entre o grupo e o Conselho Estadual de Educação então presidido pelo professor Zeferino Vaz. Nasceu desses contatos a constituição da comissão instaladora da Faculdade de Medicina de Campinas, formada pelos professores Zeferino Vaz e Antonio Augusto de Almeida (diretor da faculdade de Medicina, a qual deu os passos iniciais para a instalação da Cidade Universitária que veio a ser a Unicamp).

O professor Hadler, além de docente dedicado e pesquisador competente voltado ao desenvolvimento e ao futuro da instituição, era amigo de seus alunos, assistentes e funcionários, não se negando à confraternizações e a convivência com os mesmos, onde informalmente destacava-se pela sua honesta liderança.



Hadler, pioneiro na FCM e na Biologia

Assim temos um resumo de uma história de lutas e glória, onde destacamos com saudade a figura do médico e professor Walter August Hadler.

João Antonio Vozza é ex-assistente do Departamento de Histologia e Embriologia do Instituto de Biologia da Unicamp. Alba Sanches Patelli é professora aposentada e ex-assistente do Departamento de Histologia e Embriologia do Instituto de Biologia da Unicamp.

lançamentos



EDITORA DA
UNICAMP



A AGRICULTURA FAMILIAR VOL. 2
Do mito à realidade
Hugues Lamarche

Maria de Nazaré Baudel Wanderley (org.)
14 x 21 cm
348 páginas
R\$ 21,00

No final de década de 80, Brasil, França, Canadá, Polônia e Tunísia realizaram uma pesquisa sobre agricultura familiar em seus países, coordenada por Hugues Lamarche, pesquisador da Universidade de Paris X, França. O primeiro volume foi publicado em 1993 pela Editora da Unicamp, que agora lança o segundo.

A agricultura familiar não é uma forma social residual, transitória ou em vias de desaparecimento. Ela ocupa um espaço próprio nas sociedades modernas, capitalistas ou socialistas.

Atualmente, o caráter familiar da agricultura brasileira tem sido negado. Este livro aponta justamente o contrário e procura mostrar todo o potencial destas forças produtivas frequentemente desperdiçadas ao longo da história da agricultura do Brasil.



1932
IMAGENS CONSTRUINDO A HISTÓRIA
Jeziel De Paula

Co-edição com Centro de Memória da Unicamp e Editora da Unimep
14 x 21 cm
310 páginas
R\$ 21,00

Se todas as histórias escritas e faladas fossem reconstruídas por imagens, os estudiosos se aproximariam cada vez mais da realidade, ou redescobririam uma nova realidade. O leitor de 1932: imagens construindo a história poderá chegar a uma nova realidade sobre a Revolução Constitucionalista de 1932 por meio do estudo fotográfico realizado por Jeziel De Paula.

O livro revela a ambigüidade entre a história contada e a registrada e de que modo a imagem manipulada pode traçar o pesquisador.

Mais do que mostrar as infidelidades dos relatos sobre 1932, o autor possibilita uma nova interpretação de um período decisivo da história da República no Brasil, descobrindo matizes que podem mudar a perspectiva do passado.



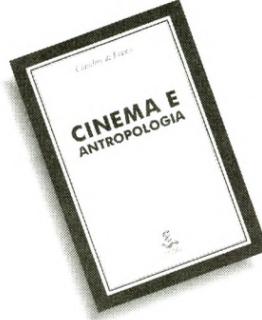
CULTURA DE PARTICIPAÇÃO NO SETOR DA TELEMÁTICA
Alicia Ferreira Gonçalves

Co-edição com Centro de Memória da Unicamp
14 x 21 cm
128 páginas
No prelo

Em *Cultura de participação no setor de telemática*, Alicia Ferreira debate sobre a introdução de técnicas e métodos de gestão japoneses em empresas brasileiras e sua relação com uma suposta cultura de participação.

A autora analisa como a relação cultural e o processo de difusão de práticas gerenciais, via JIT, TQC, CCQ e outros, apóia-se no envolvimento do trabalhador com as metas propostas pela administração.

A argumentação central da análise de Alicia Ferreira está na não-existência do automatismo entre a adoção e a difusão de práticas gerenciais citadas acima e a constituição dentro das empresas de uma cultura apoiada em elementos como participação e consenso.

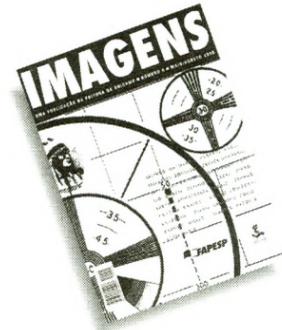


CINEMA E ANTROPOLOGIA
Claudine de France

Tradução: Marcius Freire
14 x 21 cm
434 páginas
No prelo

Na edição traduzida por Marcius Freire, que está sendo lançada pela Editora da Unicamp, *Cinema e Antropologia* aborda a tecnologia e a descrição no filme etnográfico. Claudine de France privilegia o pensamento de Marcel Mauss, que incluía na tecnologia as técnicas do corpo; e o ponto de vista de André Leroi-Gourhan, que dava à noção de comportamento técnico a mais ampla aceção e a colocava na base de toda atividade humana.

O livro de Claudine de France é leitura obrigatória para os pesquisadores que usam apresentar seus estudos por meio da imagem, ou animá-los. Sua compreensão pode ser fundamental para o bom resultado do trabalho do etnólogo-cineasta.



REVISTA IMAGENS 8
Televisão
Autores diversos

21 x 28 cm
120 páginas
R\$ 25,00

A *Revista Imagens* chega a sua oitava edição e traz um assunto atual, polêmico e explosivo: televisão! As abordagens temáticas às quais os críticos se debruçam são as mais diversas e passíveis de controvérsias entre estudiosos dos meios de comunicação de massa.

Os autores revelam verdades e discutem propostas em seus artigos sobre o vínculo entre a caixa lampejante de realidades e o telespectador, tentando colocar sentido-no-chaos de um dos mais desconhecidos dos sistemas de expressão de nosso tempo.

Para receber qualquer um destes lançamentos, preencha o cupom ao lado e remeta pelo correio para EDITORA DA UNICAMP - Campus Unicamp - Caixa Postal 6074 - CEP 13083-970 - Campinas - SP, juntamente com cheque nominal à Funcamp, cruzado, no valor do pedido.

Nome _____
Endereço _____ nº _____
Apto. _____ Bairro _____
CEP _____ Cidade _____
Estou enviando cheque em favor da Funcamp - Fundação de Desenvolvimento da Unicamp, cruzado, no valor de R\$ _____ relativo à(s) obras(s) _____ referência _____

Data ____/____/____ Assinatura _____



se este espaço não for suficiente para o seu pedido, use uma folha qualquer.

PENSAMENTO

A pesquisa sob o olhar da filosofia

A universidade deve ser, no organismo social, o que o cérebro é no organismo biológico. Citando dentre outros autores Júlio de Mesquita, o professor Roberto Romano proferiu no dia 25 de novembro palestra no anfiteatro da Biblioteca Central (BC) sobre "A universidade pública na formação de pesquisadores do país". A exposição durou cerca de duas horas e foi promovida pela Coordenadoria Geral da Universidade (CGU), que ao longo deste segundo semestre realizou uma série de seminários sobre assuntos de interesse comum, sobretudo da universidade como mediadora do diálogo institucional entre alunos, docentes e funcionários. Roberto Romano é professor titular do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas (IFCH), tendo já ocupado funções de diretor-associado do mesmo instituto e participado de instâncias gestoras de pesquisa no país, como CNPq e Capes, onde integrou o comitê de avaliação na área de filosofia. Abaixo destacamos alguns dos principais tópicos de sua fala. (I.G.)

Pesquisa e filosofia

O século 18 assistiu a um decisivo ataque à metafísica, e o pensamento anunciou o seu fim. Esta forma de operação especulativa tentou, durante todo o fim da Idade Média e no transcurso da modernidade, impor normas estritas à pesquisa científica e tecnológica. A filosofia, por exemplo, analisou mais detidamente o saber, reconhecendo em sua essência diferenças importantes. A pesquisa, no plano teórico, recebeu de Platão um tratamento rigoroso, a tal ponto que as suas formulações se elevaram ao plano de paradigma de muitas epistemologias definidas na história da ciência. Se consultarmos o grande texto platônico sobre a cosmologia, o *Timeu*, notaremos o nexo entre a atitude da pesquisa e o sentido da vista. Assim, o termo para indicar pesquisa

Enquanto o pesquisador usa os olhos para captar o permanente, o curioso recolhe informações sobre tudo e todos, principalmente sobre as coisas e atos sem relevância para o bem

— *zetesis* — traz o sentido de indagação, investigação, procura. No *Timeu* 47A a visão é a causa do maior benefício a nosso favor, sobretudo porque todas as narrativas sobre o universo jamais poderiam ocorrer caso o homem não tivesse enxergado as estrelas ou o sol ou o céu. Mas como assim é, a visão diurna e noturna e a dos meses e dos anos circulares produziu a arte do número e nos deu não só a noção do tempo, mas também a da pesquisa da natureza inteira. Neste plano, os olhos eram a origem da investigação. Não por acaso a palavra teoria — o exercício do olhar da inteligência — surge na raiz deste conceito de pesquisa e de sua comunicação. Esta valorização da vista e da pesquisa que a ela se liga tem como pressuposto a tese de que a verdade atingida pela investigação encontra-se no que é permanente. As coisas sensíveis não trazem veracidade, e nem podem ser dignas de ciência. Os cinco sentidos humanos perdem, nesta forma de pensamento, importância diante do olhar. Este im-

perialismo visual dificilmente pode ser afastado nas elaborações intelectuais do Ocidente.

Platão e Hieráclito

Num texto difícil e controverso, Platão afirma, contra os que julgam fácil comunicar o saber através de escritos com vistas à divulgação, que a ciência adquirida através de uma ascensão rigorosa só pode ser captada por quem a exerce de fato. Só quem faz ciência é capaz de captar a luz dos conhecimentos. Heráclito, ao contrário de Platão, acentua o elemento da escuta como base do saber. Nem sempre, no entanto, a teo-

ria predominou na história do saber. Heidegger notou esta diferença, advertindo ao mesmo tempo para não se levar muito longe a possível ruptura com a teoria nos enunciados de Heráclito. A cultura da visibilidade, teórica, sobreviveu perfeitamente com o barulho da retórica e da fala sem peias. Os efeitos, segundo Heidegger, podem ser encontrados na falta de sentido cada vez maior, especialmente nos meios de massa. O olhar pode adquirir um sentido que não se coaduna com o bem. Nos olhos encontram-se duas formas de atenção ao que se apresenta: a pesquisa (*zetesis*) e a curiosidade (*polypragmosine*). Enquanto o pesquisador usa os olhos para captar o permanente, o curioso recolhe informações sobre tudo e todos, principalmente sobre as coisas e atos sem relevância para o bem.

A visão e o visível

Desde o século 16 os procedimentos ao redor do método se



Roberto Romano: "A teoria nem sempre predominou na história do saber"

beneficiaram de uma saudável desconfiança no olhar, na teoria. No século 18, sobretudo, se determinou uma nova representação do espaço, não estritamente platônica. Isto conferiu ao espectador uma liberdade que antes não era pensável. A óptica moderna autonomiza-se face à visão enquanto tal e passa a se conceber como ciência objetiva da luz, a qual encontra na geometria a linguagem adequada e segura. Esta ruptura da solidariedade entre a visão e o visível invoca a distinção entre o fenômeno da consciência e a sua causa exterior, correlata, no plano óptico, da distinção gnosiológica entre sujeito e objeto. Os olhos humanos não servem mais como paradigma natural da visão intelectual e verdadeira. Novos instrumentos ópticos ampliam a própria visão, corrigindo-a.

Kant, Diderot...

Bacon louvou as *próteses ópticas* que os homens conseguiram produzir. Assim, os olhos deixaram seu papel imperialista, e o sentido visual sofreu a concorrência dos outros sentidos. Em Kant e na filosofia das luzes, em especial em Diderot, a vista passou a ser corrigida por esses demais sentidos. Isso ampliou desmesuradamente a necessidade e a importância da comunicação dos saberes. A comunicação entre os sentidos dos homens e entre os próprios homens a partir de Diderot não pôde mais ser reduzida ao nível zero, como na tentativa metafísica. Os ruídos de comunicação aparecem inevitavelmente com as idiosincrasias, os idiotismos. A comunicação social e a somática passaram a corresponder cada uma a uma arte: a primeira inventada pelos homens e a segunda pela natureza. A partir de Diderot, a junção dos sentidos permitiu dizer que não há mais a idéia de espaço único, mas pelo menos cinco deles: óptico, tátil, sonoro, cinésico

e olfativo.

Caos e cosmos

Cada um qualitativamente diferente possui estrutura própria no homem, sendo preciso tatear a alteridade, a ser conhecida sob pena de reduzi-la ao idiotismo do sujeito. Segundo Diderot, o *eu* resulta da memória, a qual liga um indivíduo à seqüência de suas sensações. Deste modo, a pesquisa torna-se algo mais difícil, porque ela supõe captar a alteridade, embora para isso não seja possível partir de um sentido hegemônico, apenas de uma reunião instável de cinco sentidos. Também não é possível partir de um suposto sujeito inteiriço, mas de um sujeito caótico, que se dirige e que recebe mensagens de outros, onde o pressuposto é o caos. A ciência e a cultura, deste modo, tornam-se mais exigentes. Não é possível mais aceitar a suposta harmonia, ou o cosmos. O conhecimento é atingido, porém o dogmatismo é refutado na sua raiz. É impossível resolver, na proposta filosófica

comunicação entre os homens não seria encontrado fora da cultura. Ela mesma seria resultado de uma arte — a de traduzir o caos em cosmos efêmero.

A Universidade

A universidade nesta linha permitiria formar o maior número de indivíduos para uma comunicação com força para reduzir os ruídos ao máximo. Entretanto, para isso não se poderia esquecer nunca a dificuldade da pesquisa, devida ao elemento caótico. Na sua proposta de universidade para a Rússia, Diderot propõe um campus onde nenhuma arte, nenhum sentido e nenhuma ciência podem exibir hegemonia. Todos devem ser cultivados ao mesmo tempo. E isto leva Diderot à proposta de uma junção entre saber erudito e saber destinado à cidadania. Ele procura aproximar a linguagem comum da utilizada nas universidades.

Saber e ensino

O remédio para a falta de comunicação entre os homens não seria encontrado fora da cultura. Ela mesma seria resultado de uma arte — a de traduzir o caos em cosmos efêmero

de Diderot, os dilemas da pesquisa e de sua comunicação entre os homens. Como a unidade não é originária, resultando do trabalho de tradução de um sentido para os outros, o equívoco e os ruídos sempre existirão. Não por acaso Diderot procurou investigar os surdos e os mudos, além dos cegos. Seu alvo era definir alguns elementos para a tradução dos sentidos. O remédio para a falta de

Diderot tem plena consciência de que nunca o público e os pesquisadores utilizarão uma só linguagem. Mas para o filósofo trata-se mais de saber se convém dar à filosofia uma linguagem, uma forma, uma expressão

que a tornem acessível a todos, ou pelo menos a todos que se interessem por ela ativamente. Diderot, pois, se preocupa com a publicidade e a vulgarização do saber. Num instante em que a universidade, no mundo e no Brasil, está sendo cada vez mais questionada, particularmente pela sua separação do mundo social, valeria a pena discutir as teses diderotianas sobre o saber e o ensino.

CPqD

Privatização pode ampliar parceria

Maria do Carmo Pagani

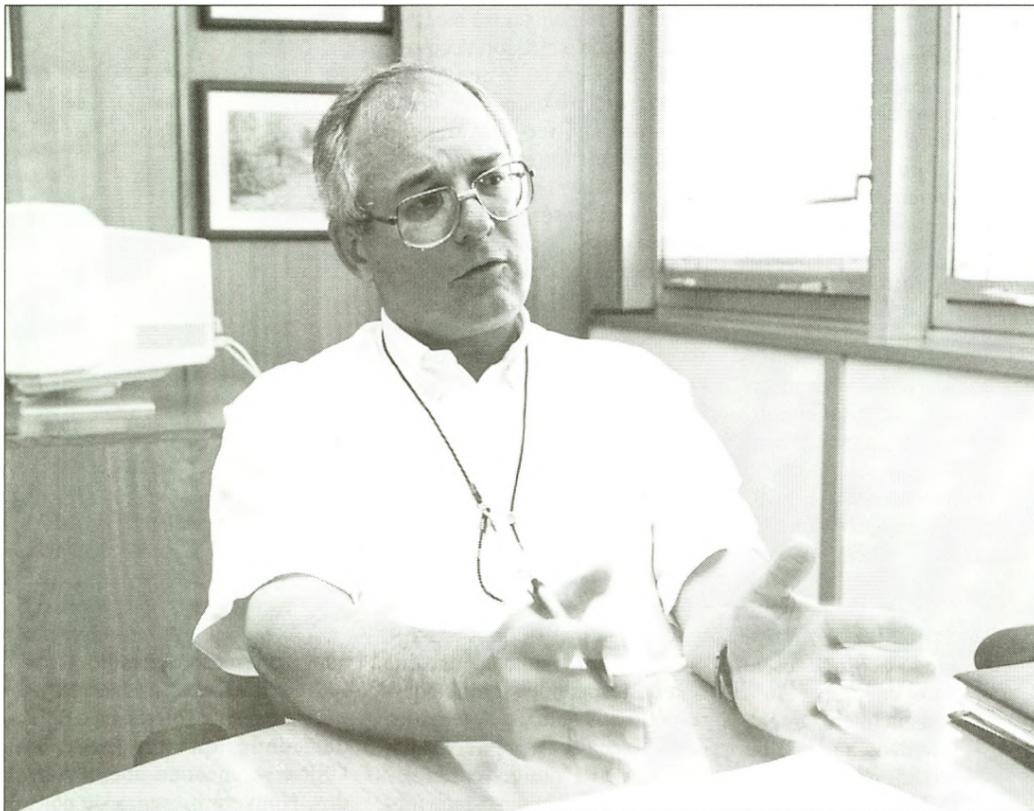
Superada a fase de transição decorrente do processo de privatização da Telebrás, o Centro de Pesquisas e Desenvolvimento (CPqD), até meses atrás subordinado à estatal, se transforma agora em fundação privada voltada para o atendimento das necessidades do mercado e que busca receita própria para se auto-sustentar. Cláudio Violato, diretor de tecnologia da agora Fundação Centro de Pesquisas e Desenvolvimento em Telecomunicações, fala nessa entrevista sobre as perspectivas para o estreitamento das relações com instituições de ensino, entre elas a Unicamp, parceira do CPqD desde sua fundação, em 1976.

Jornal da Unicamp — A transformação do CPqD em fundação privada pode alterar de algum modo a relação de cooperação com a Unicamp?

Cláudio Violato — Pretendemos incrementar as relações com a compreensão do papel de cada um de nós a partir de agora. Da universidade, como formadora de pessoal que desbrava conhecimento, e o nosso, de traduzi-lo em tecnologia que seja utilizada em telecomunicações e em teleinformática. Estamos consolidando um modelo de parceria, de cooperação, que pode não ser exatamente nas mesmas bases do passado, mas, certamente, temos de continuar juntos, respeitando como sempre a vocação de cada um. Somos instituições com papéis diferentes. Ao mesmo tempo, temos muito o que cooperar para a produção de conhecimento científico e tecnológico na área de telecomunicações para um futuro que, estimo, seja bastante longo. Talvez nossas parcerias passem a ser até mesmo mais amplas que as do passado.

JU — Esse modelo ao qual o senhor se refere já vinha se delineando ao longo do tempo, durante a transição do CPqD, ou a nova fase da instituição determina as alterações?

Violato — O trabalho de conhecimento em tecnologia industrial já vinha sendo reexaminado por nós. O CPqD também não podia contratar pessoas, então o modelo estava se ajustando. Agora atingimos um patamar que eu considero correto para ambos os lados. Nós identificamos as necessidades de projetos e a partir daí contratamos atividades. Na fase anterior os contratos eram de prazos mais longos e em termos genéricos. Agora, os planos de trabalho são mais específicos com tamanho e duração menores. Mas as relações com as instituições estarão mantidas. Sempre tivemos o objetivo de obter resultados dos conhecimentos produzidos pela universidade, ainda que eles significassem, em grande parte, a formação de pessoal. Essa bus-



Cláudio Violato, diretor de tecnologia do novo CPqD: "Busca de resultados"

CPqD responde por 30% dos terminais digitais brasileiros

Fundado em 1976 com a tarefa de conduzir ações capazes de reduzir a dependência tecnológica do país no setor de telecomunicações, o CPqD é considerado atualmente o maior centro de pesquisas e desenvolvimento do segmento na América Latina. Todas as empresas nacionais que operam o serviço público de telecomunicação utilizam produtos cuja tecnologia foi desenvolvida na instituição.

Prova de sua importância no cenário nacional de telecomunicação é o fato de 30% dos terminais digitais brasileiros serem de tecnologia Trópico, a central de computação marco na trajetória de 21 anos de atuação e desenvolvimento de pesquisas do CPqD. Outro dado que comprova a relevância do centro, que deixou este ano de ser atrelado à Telebrás e passou a ter vida independente como fundação

privada, é a utilização de tecnologia indutiva criada na instituição em mais de 300 mil telefones públicos brasileiros. Sistemas de operações complexos como o Sistema Nacional de Gerência de Reparos (SNGR) ou Sistema Automatizado de Gerência de Rede Externa (Sagre), com a marca CPqD, já foram instalados em empresas de telecomunicações de vários pontos do Brasil.

Ao longo de 21 anos, desde sua fundação, o CPqD obteve 217 registros de marcas de produtos e serviços concedidas pelo Instituto Nacional de Propriedade Industrial (INPI) entre os 342 solicitados. Firmou também 114 contratos de transferência de tecnologia com 70 empresas. Reafirmando sua importância na redução da dependência brasileira em relação aos países da comunidade internacional, lançou no ano passado o telefone público digital a cartão, criou

e disponibilizou o serviço "help desk" SGE e SADAN para empresas operadoras, atendendo 400 chamadas de serviços.

Esses resultados, apenas alguns entre os inúmeros exemplos, foram obtidos com a perfeita sintonia entre grupos universitários nacionais e estrangeiros e o trabalho de uma equipe composta por 664 pesquisadores que integram o quadro de aproximadamente 877 funcionários. Transformado em fundação de direito privado em julho passado, embora sua missão mude em alguns aspectos, sua competência tecnológica e sua preocupação em buscar resultados se manterá inalterada. A meta, lembra Cláudio Violato, diretor de tecnologia, é aprimorar ainda mais o serviço para suprir as demandas do mercado de telecomunicações e de teleinformática. (M.C.P.)

ca de resultados é a razão do grande sucesso de nossas par-

"O modelo está se ajustando, mas as relações com as instituições serão mantidas"

cerias, que possibilitaram benefícios para ambos os lados. A passagem para fundação faz com que tenhamos comportamento de empresa em busca de contratos formais que nos garantam receita para investir em pesquisas apli-

cadadas contratadas junto às universidades.

JU — Quantos convênios ou contratos de parceria o CPqD mantém atualmente com a Unicamp?

Violato — Pelo menos uma dezena. Estamos negociando também um novo contrato de prestação de serviços para pesquisa e desenvolvimento em processamento digital de sinais audiovisuais. O prazo estimado de duração é de 12 meses. Firmamos, há cerca de seis meses, um convênio no segmento de comunicações ópticas e infra-estrutura de redes.

JU — Em quantos projetos concluídos e repassados pelo

CPqD a participação da Unicamp foi decisiva?

Violato — Em pelo menos outra dezena de produtos de natureza industrial como, por exemplo, em toda a família de equipamentos de transmissão digital, rádio-digital e na linha de fibra óptica. O desenvolvimento da fibra óptica foi possível por conta de um contrato nosso com a Unicamp. Ao longo do tempo desenvolvemos trabalhos de conhecimento mais básico que não resultaram propriamente em equipamentos e, em consequência disso, é difícil quantificar. Mas na área de equipamentos e dispositivos, a parti-

"A nova fase transforma as relações informais em contratos formais com as empresas"

cipação da universidade foi marcante. As relações com a Unicamp, inclusive, antecedem a fundação do CPqD. Elas começaram por volta de 1973, no ainda departamento de pesquisa e desenvolvimento da Telebrás, três anos antes de o centro passar a existir formalmente. Tínhamos a preocupação de contratar grupos que continuassem sendo fonte de formação de pessoal qualificado na área de telecomunicação e capazes de produzir tecnologia. Naquela época já contratávamos vários grupos universitários para desenvolver atividades de produção de conhecimento científico. Entre eles os dois da Unicamp que tiveram participação relevante, como já disse, no desenvolvimento da família de transmissão digital e de fibra óptica e, a partir de então, a relação tornou-se intensa e proveitosa para ambas as instituições.

JU — A proximidade física entre um centro de pesquisa e desenvolvimento e uma universidade voltada à pesquisa, no caso o CPqD e a Unicamp, ambos instalados em Campinas, favorece em que aspectos a relação de parceria e de cooperação.

Violato — Muitos dos especialistas do CPqD foram formados nos cursos de graduação ou de pós da Unicamp. Alguns deles, inclusive, participaram de nossos projetos quando ainda eram estudantes. Trabalharam em áreas de interesse específico do CPqD e quando passaram a integrar o quadro de recursos humanos do Centro vieram com velocidade nos estudos que nos interessavam. A Unicamp contribuiu muito nesse aspecto com a renovação de estudantes, de bolsistas e até mesmo de professores. O CPqD, por sua vez, investiu na universidade e colaborou para que ela pudesse renovar seus laboratórios, criar bases para o desenvolvimento de novas tecnologias e, com isso, pudesse formar profissionais de alta capacidade.

JU — A Fundação Centro de Pesquisas e Desenvolvimento em Telecomunicações parte agora, então, para novos desafios?

Violato — Nosso comportamento terá de ser o de uma empresa. A nova fase transformou as relações informais com as empresas do sistema Telebrás em contratos formais de onde se origina-

rá a receita para investirmos em pesquisa aplicada. Teremos, por conta disso, de ajustar nossas atividades às necessidades do mercado. Mas a competência tecnológica será seguramente mantida.

ENTREVISTA: ROSELI FISCHMANN

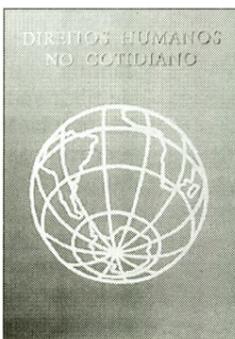
Direitos humanos dão um passo à frente

Eustáquio Gomes

Entre os eventos que marcaram os 50 anos da Declaração Universal dos Direitos Humanos, neste mês de dezembro, destacou-se o lançamento em São Paulo de uma publicação inédita no Brasil: o manual Direitos Humanos no Cotidiano, uma obra de 480 páginas que tem a participação de mais de uma centena de autores, entre professores, artistas e pessoas que atuam formal ou informalmente na área de direitos humanos. A obra foi coordenada pela educadora Roseli Fischmann, da Universidade de São Paulo, recentemente nomeada para representar a América Latina e o Caribe no Grupo de Trabalho para Direitos Humanos e Educação para a Paz, órgão da Unesco integrado, em nível mundial, por apenas 12 membros.

Jornal da Unicamp — Qual o objetivo do manual?

Roseli Fischmann — Nosso propósito é alcançar pessoas que possam atuar como multiplicadores no campo dos direitos humanos, seja através de sua ação social, seja na própria vida. A idéia de sua preparação foi do secretário nacional de Direitos Humanos, Dr. José Gregori, e sua realização se deu no contexto do Programa de Cooperação Internacional da Secretaria com a Unesco, tendo como



núcleo articulador o projeto "Discriminação, Preconceito, Estigma: relações de etnia e educação", que tem sede na Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo e conta com a participação de professores de outras universidades.

tas das artes visuais, fossem organização não-governamentais, de acordo com as características de seu trabalho, de sua produção ou de sua inserção social a partir de alguma característica específica. Também procuramos algumas jóias ultra-especiais, como dona Ema Strambi Frede-rico, que aos 90 anos coopera com a Anistia Internacional, atividade que iniciou aos 85 anos, e que trata de como cada pessoa pode cooperar contra ditadores, a favor dos presos de consciência de todo o mundo.

JU — Em sua opinião, qual é a situação dos direitos humanos no Brasil atualmente?

Roseli — Sem dúvida vivemos hoje um momento muito especial, seja porque somos o terceiro país do mundo a ter um programa nacional dos direitos humanos, seja porque o presidente da República, demonstrando sua preocupação com o assunto, criou a Secretaria Nacional dos Direitos Humanos. A ONU, reconhecendo o alcance do trabalho desenvolvido, acaba de conferir ao secretário José Gregori o Prêmio de Direitos Humanos, que é atribuído a cada cinco anos. Além disso, experimentamos um debate fértil que chama a atenção para a necessidade de eliminar-se o

JU — Como se fez a escolha dos colaboradores da obra?

Roseli — Tomamos os 30 artigos da Declaração, mais o prólogo, como base de organização dos capítulos. A idéia era divulgar o texto da Declaração, em geral pouquíssimo conhecido em sua íntegra, propiciando a análise de cada artigo a partir de diferentes pontos de vista e interpretações. Organizamos então uma lista de possíveis participantes, fossem personalidades ou artis-

preconceito que reza que "direitos humanos são direitos de bandidos", e criar uma nova mentalidade, voltada para o fortalecimento da consciência de que os DH são direitos de todos. No plano mais pragmático, há atenção constante e muitos avanços, embora permaneça o desafio da eliminação da miséria, com o que é sempre parcial, embora verdadeiro, falar em direitos humanos.

JU — No entanto, relatório recente da ONU aponta a América Latina, o Brasil inclusive, entre as regiões de mais alta incidência de violência urbana e no campo. Isso não teria a ver com o desrespeito aos direitos humanos?

Roseli — Desde a Conferência de Viena ficou muito claro que os direitos humanos são individuais e complementares. Assim, qualquer direito fundamental que seja desrespeitado significa desrespeito aos demais. A temática da violência se insere nesse quadro, onde as muitas carências acabam por deixar um campo propício para a perda do uso da argumentação na resolução de conflitos, ou mesmo para o uso da violência para busca de sobrevivência.

JU — O que as universidades estão fazendo ou poderiam fazer pelos direitos humanos no país?

Roseli — No sentido mais amplo que os direitos humanos comportam, em sua indivisibilidade, as universidades têm um papel histórico em muitos campos. Seja na defesa da liberdade de consciência, de opinião, de expressão, seja na criação e difusão do conhecimento científico, as universidades têm papel relevante e único no mundo, de maneira geral, e no Brasil e na América Latina em particular. São muitas as iniciativas, embora às vezes falte contato entre as áreas. Em novembro de 1997, por exemplo, tivemos na USP o Seminário Internacional Ciência, Cientistas



Roseli Fischmann, da Universidade de São Paulo e da Unesco

e a Tolerância, em cooperação com a Unesco. Ao término criou-se a Rede Unesco das Américas e Caribe para a Tolerância e Solidariedade, que tem sede na USP e se encontra aberta a todos. Houve a presença de colegas da Unesp e da Unicamp, inclusive na coordenação dos grupos de trabalho, como foi o caso do professor Márcio D'Olne Campos. Estamos publicando o livro do seminário, assim como os compromissos da criação da Rede, que se liga às demais redes da Unesco, a saber a do Mediterrâneo e Mar Negro, a do Pacífico Asiático e a da África. É um bom momento para pensarmos em aprimorar a cooperação entre as universidades valendo-nos dessa Rede.

JU — No plano não-governamental, a questão dos direitos humanos tem merecido esforços organizados da sociedade civil?

Roseli — Sim, há ações no campo da luta pelas minorias, contra o racismo, pelo meio ambiente, pelos direitos do consumidor, pela melhoria da qualidade de vida da população em geral, pela educação, por saúde,

pelos direitos das mulheres, pelos direitos das crianças e adolescentes... No caso das universidades, sempre que elas se articulam de forma cooperativa com as organizações da sociedade o resultado é fantástico. Para citar um exemplo da Unicamp, com quem tenho grande interação, gostaria de citar o Núcleo de Estudos de População (Nepo), que tem colocado a discussão dos direitos reprodutivos entre nós no mesmo patamar dos mais avançados fóruns em nível internacional.

JU — À publicação do manual segue-se alguma outra linha de ação?

Roseli — Dentro dos limites de nossa parceria com a Secretaria dos Direitos Humanos, estamos finalizando quatro aplicações do manual, consubstanciadas em "guias de atividades" para professores do ensino elementar, para multiplicadores de cidadania, para policiais militares e para faculdades de Direito. Pensamos desenvolver projetos pilotos desses guias de aplicação. Quem sabe a Unicamp não se juntaria a nós nesses esforços?

ENTREVISTA: MOHAMED ABIB

Diversidade étnica é trunfo do país

Entre os co-autores do manual Direitos Humanos no Cotidiano está o biólogo Mohamed Abib, ex-diretor do Instituto de Biologia e atual coordenador da Coordenadoria de Relações Internacionais (Cori) da Unicamp. Em fins de novembro passado Mohamed foi distinguido pela Presidência da República com a medalha "Direitos Humanos, o Novo Nome da Liberdade", por sua atuação na área e sua contribuição ao projeto do manual.

Jornal da Unicamp — Sua participação na elaboração do manual denota uma preocupação da Universidade com a questão?

Mohamed Abib — A universidade brasileira de um modo geral, e nesse contexto também a Unicamp, tem tido sempre uma preocupação latente com a questão dos direitos humanos. Mas os trabalhos que se desenvolvem nesse campo, no seio da academia, não são feitos a partir da expressão coletiva dessa preocupação. Certamente será salutar que, preservando-se a independência dos pesquisado-

res no trato acadêmico dos assuntos que dizem respeito aos direitos humanos, haja uma certa articulação institucional em torno dos projetos existentes, que, pode-se garantir, não são poucos.

JU — Como isso pode ser feito?

Mohamed — Recentemente fizemos um levantamento quase completo das pesquisas e estudos existentes em relação ao Mercosul, o que resultou num seminário muito produtivo sobre o assunto. Vamos usar a mesma metodologia para levantar o que existe no cam-

po dos direitos humanos. Posso adiantar que, seguindo a mesma linha de raciocínio, já estamos em entendimentos para trazer para cá o II Seminário sobre Direitos Humanos, cuja realização será em conjunto com as duas outras universidades públicas paulistas, a USP e a Unesp. O primeiro, realizado na USP no ano passado, foi considerado um marco.

JU — Como o sr. vê a questão dos direitos humanos no Brasil, hoje?

Mohamed — Vou dizer uma coisa que pode parecer contraditória, dadas as dificuldades que o Brasil sempre teve para fazer respeitar os direitos humanos ao longo de sua história. O Brasil está numa situação relativamente privilegiada porque abriga uma diversidade cultural enorme, sem conflitos étnicos importantes. Isso o credencia para se tor-



Mohamed: fé no Brasil

nar no futuro uma sociedade realmente solidária, fraterna e sem preconceitos. Somos um povo que, embora ainda na fase embrionária de sua construção social, não temos os problemas étnicos de sociedades mais antigas ou da mesma idade. Então essa é uma base real para a elaboração de um código dos direi-

tos humanos e para um estado social em que os direitos humanos sejam levados em conta na sua integralidade.

JU — O sr. não está subestimando os conflitos sociais que o país enfrenta neste fim de século?

Mohamed — Não. É óbvio que houve e há desrespeito, que a questão dos sem-terra, dos sem-teto e dos excluídos de um modo geral tem a ver com os direitos humanos. Mas as causas desses conflitos são antes de natureza sócio-econômica e política que cultural e étnica. É nesse sentido que, comparando o cenário da diversidade étnica brasileira com a situação de outras sociedades, parece-me que o terreno aqui é profundamente fértil para o florescimento de um estado de respeito aos direitos humanos. (E.G.)

DIREITOS HUMANOS

Por uma ética das sociedades

Isabel Gardenal

Ao completar 50 anos no último dia 10 de dezembro a Declaração dos Direitos Humanos, primeiramente apregoada na França, tornou-se um princípio filosófico, ético e social quase universal. Ganhou apóstolos também no Brasil, entre eles uma das maiores expressões do clero, o cardeal D. Paulo Evaristo Arns. Recém-aposentado da Arquidiocese de São Paulo, D. Paulo trabalhou intensamente nesse movimento. Editor do livro *Brasil, Nunca Mais*, foi professor de clérigos e jornalista profissional. Hoje, aos 76 anos, o arcebispo continua o seu trabalho, assumindo de vez a causa dos menores e dos idosos. D. Paulo esteve no Centro de Convenções da Unicamp no último dia 11, a convite da Pró-Reitoria de Extensão e Assuntos Comunitários, quando ministrou palestra sobre Direitos Humanos.

JU — Seu nome está ligado à causa dos direitos humanos há muitos anos, com atuação marcante durante o regime militar pós-64. Em sua opinião, os direitos humanos passaram a ser mais respeitados após a restauração do regime democrático ou ainda temos problemas?

D. Paulo E. Arns — A resposta pode ser muito clara e decisiva para a história do Brasil. O Ato Institucional nº 5 havia introduzido a sua censura total. Então aos poucos fomos recobrando, no tempo do Geisel, por influência do ministro Golbery, uma certa facilidade de comunicação, mas ainda foi pouca. E a comunicação é a base de todas as liberdades. Se não há comunicação, o ser humano vive isolado, sem informação e sem poder influenciar na sociedade. Nesse sentido é certo que melhorou. Agora, no sentido de educação, moradia, saúde, participação política etc., mudou muito pouco. Nós precisamos passar os direitos humanos para o currículo escolar, do ensino fundamental à universidade, para chegarmos um dia a ter realmente conceitos claros e poderemos influenciar a sociedade como quer a Declaração dos Direitos Fundamentais do Homem.

JU — Em que sentido melhoramos?

D. Paulo — Esta melhora se deu no sentido de ter mais liberdade, pois ela é o fundamento de toda a convivência humana. Neste ponto é preciso respeitar quatro aspectos fundamentais, a meu ver. Esses quatro aspectos foram declarados pelo Papa João XXIII numa encíclica que foi aceita no mundo inteiro, mesmo entre os não-cristãos, chamada "Paz na Terra" (*Pax in Terris*). Ele diz que a liberdade é essencial para a convivência humana. Segunda coisa, a justiça social é indispensável. A solidariedade completa a justiça social. E depois, fora isso, nós te-



O cardeal D. Paulo Evaristo Arns em sua residência: "Ética para os direitos humanos"

mos também a participação do povo em seu próprio governo e em seu próprio ensino.

JU — O sr. acredita que no Brasil, apesar do regime formalmente democrático, ainda se preservam vestígios de um autoritarismo de base, não raro praticado pelos próprios governos?

D. Paulo — Muita gente se queixa comigo a respeito da violência da polícia e dos marginais, mas também acredito que o desemprego e a falta de condições humanas dignas levem o povo a se desesperar ou a procurar soluções mais violentas. Sem uma reforma total e sem igualdade, como é defendida logo no primeiro capítulo da Declaração, sem essa igualdade não há possibilidade de vencermos os preconceitos e as violações dos direitos humanos.

JU — A questão dos sem-terra tem a ver com os direitos humanos ou meramente com a economia social?

D. Paulo — Não. A organização e a luta dos sem-terra é uma questão fundamental dos direitos humanos. É essencial que cada família que mora no

"A organização e a luta dos sem-terra são questões fundamentais dos direitos humanos"

campo possa produzir para si, para os filhos e para o futuro. E o governo tem a obrigação de criar condições para boa venda, para a negociação, para a renovação de sementes, e assim por diante, e mesmo para a organização de pequenas entidades que se sustentem entre si.

JU — O Papa João Paulo II tem procurado estabelecer alguns limites para a atuação social da Igreja. Em sua interpretação, esses limites são compatíveis com o envolvimento que a Igreja cultiva tradicionalmente

com os problemas sociais brasileiros?

D. Paulo — O Papa João Paulo II tem se distinguido como um pontífice muito avançado nas questões sociais e conservador nas questões morais. Então ele, por exemplo, conseguiu derrubar o Muro de Berlim e fez tantas outras coisas. Eu mesmo estive na Polônia para verificar a sua influência na vida da liberdade no próprio país e em todo o mundo. O primeiro a conversar seriamente com o Fidel Castro foi o Papa João Paulo II. Nós podemos dizer que toda pessoa bem informada está de acordo com este papa na questão social e talvez não esteja em outros pontos.

JU — Quais as principais linhas de ação da Igreja do Brasil hoje, no plano da defesa dos direitos humanos?

D. Paulo — Bem, o que nós fizemos foi sobretudo elaborar as questões gerais, como a questão do ensino. É um tema fundamental e talvez o mais importante de todos. Nós dedicamos duas sessões gerais ordinárias de todos os bispos do Brasil sobre o ensino e insistimos em que ele deve ser oficial em escola pública pelo menos no primário. Depois todos devem defender-se como dá. Mas o ensino básico tem que ser mantido pelo governo, tem que ser gratuito e tem que ser encorajado por todos os cristãos e todos os católicos. Assim nós falamos também da política, dos cidadãos, da cidadania, bem como falamos, durante uma reunião inteira, sobre a saúde. Eu acho que os bispos do Brasil talvez sobressaíram-se no mundo pela sua participação na solução dos problemas sociais. Esperamos que isso aumente.

JU — No que concerne ao trabalho desempenhado por outras igrejas, no mesmo sentido, tem havido algum ecumenismo ou linhas de frente comuns?

D. Paulo — Tem havido um ecumenismo até impressionante. Um reverendo presbiteriano trabalhou nove anos gratuitamente comigo na Cúria Metro-

politana, para atender a todos os que vinham apresentar queixas contra prisões arbitrárias, torturas e outras coisas. Ele anotava tudo e me ajudou a elaborar o *Brasil, Nunca Mais*. Conseguiu até das igrejas protestantes que pagassem o livro, pois não tínhamos dinheiro para tanto. E nós conseguimos a colaboração de todos os advogados, e muitos deles o fizeram de maneira gratuita. Mas tínhamos que pagar muita gente, porque foi um milhão de páginas, sendo que todas estão guardadas na Unicamp, das quais tiramos depois *Brasil, Nunca Mais*, que são 300 páginas mais ou menos. Além disso, tivemos uma colaboração muito intensa do Conselho Mundial das Igrejas, com sede em Genebra.

JU — O que a universidade pode fazer pela causa comum dos direitos humanos? Ela pode fazer mais?

D. Paulo — A universidade talvez seja a instituição que mais possa fazer. A primeira instituição que fez alguma coisa foi a USP. Os presidentes das organizações vieram à minha casa e nós organizamos a primeira missa em favor de Alexandre Leme, nascido em Sorocaba, mas aluno da PUC de São Paulo. Todos compareceram. Tivemos de 13 a 15 mil pessoas ao redor da catedral. Este foi o primeiro protesto, em 1973, bem no começo de toda a reação forte contra a ditadura. O segundo foi quando houve a invasão da PUC de São Paulo. Lá os estudantes todos se uniram e fizeram não só protestos. Chegamos a tal ponto que o comandante me chamou, certa vez, para eu convencer os estudantes do 11 de agosto a não fazer a passeata, porque poderiam quebrar os carros, as lojas. Eu disse não, e completei: "Os estudantes querem simplesmente acabar com o regime". "Ah! Então eles vão gritar abaixo a ditadura?", perguntou o comandante. Eu disse: "Eu também gritaria e acho que, se o sr. pensar bem, também vai gri-

tar. Vocês até costumam dizer que estão preparando a democracia, mas não há democracia onde não há liberdade de imprensa, onde não há liberdade de ação, onde não há liberdade de reunião, onde não há liberdade de idéias, etc. Isso não é o que mandam os 30 artigos de direitos humanos". De maneira que os estudantes começaram o movimento. Portanto agora podem continuá-lo quando se trata da observância de reclamar quanto à falta de segurança. A tortura em nossas cadeias é um escândalo, de norte a sul do país. Outra coisa que é muito séria é a moradia. Há pessoas que moram sem as mínimas condições de saúde, porque moram dentro da sujeira. Portanto, para a observância dos direitos e para o seu avanço, a universidade é a instituição que mais está preparada.

JU — Temos razões atualmente para comemorar os 50 anos da Declaração dos Direitos do Homem?

D. Paulo — Temos razões e não. Temos no sentido de que no começo foram apenas 50 e poucas nações que estiveram presentes à meia-noite do dia 10 de dezembro de 1948. Só 40 nações assinaram a Declaração dos Direitos Humanos. As comunistas não assinaram e também as orientais, mas agora praticamente todas assinaram. Então nós podemos comemorar em 1991 a união do mundo inteiro em torno dos direitos humanos. E quando então fizemos uma reunião em 1993, em Chicago, nos EUA, sobre uma ética para todas as nações, o núcleo básico de todo mundo deveria observar nunca resolver uma questão por arma — sempre pelo diálogo e pela diplomacia. Quando eu mandei a minha contribuição para lá, ela foi publicada tanto em inglês como alemão, como um resumo de tudo o que a humanidade aceita neste momento para conviver sem violência e sem injustiça gritante como até agora. Isso é possível e nós esperamos resolver alguns temas no ano 2000, 2005 e 2025. Numa

"O Papa pode até ser conservador nas questões morais, mas é avançado nas questões sociais"

das grandes reuniões inter-religiosas internacionais, em que foi feita em Belaggio, norte da Itália, eu estive presente e até abri a sessão. Naquela reunião os especialistas em nutrição diziam que no ano 2025 a distribuição de alimentos deveria ser uma coisa inteiramente natural, conforme a evolução da mentalidade humana neste momento em que todo mundo sabe que não pode ser feliz se o vizinho está com fome. Então a humanidade está se convencendo de que uma ética fundamental é absolutamente indispensável e benéfica para ela.

QUALIDADE ACADÊMICA

Mercado privilegia alunos da FEQ

Segredo está na qualidade do curso e nas boas relações com a indústria

Raquel do Carmo Santos

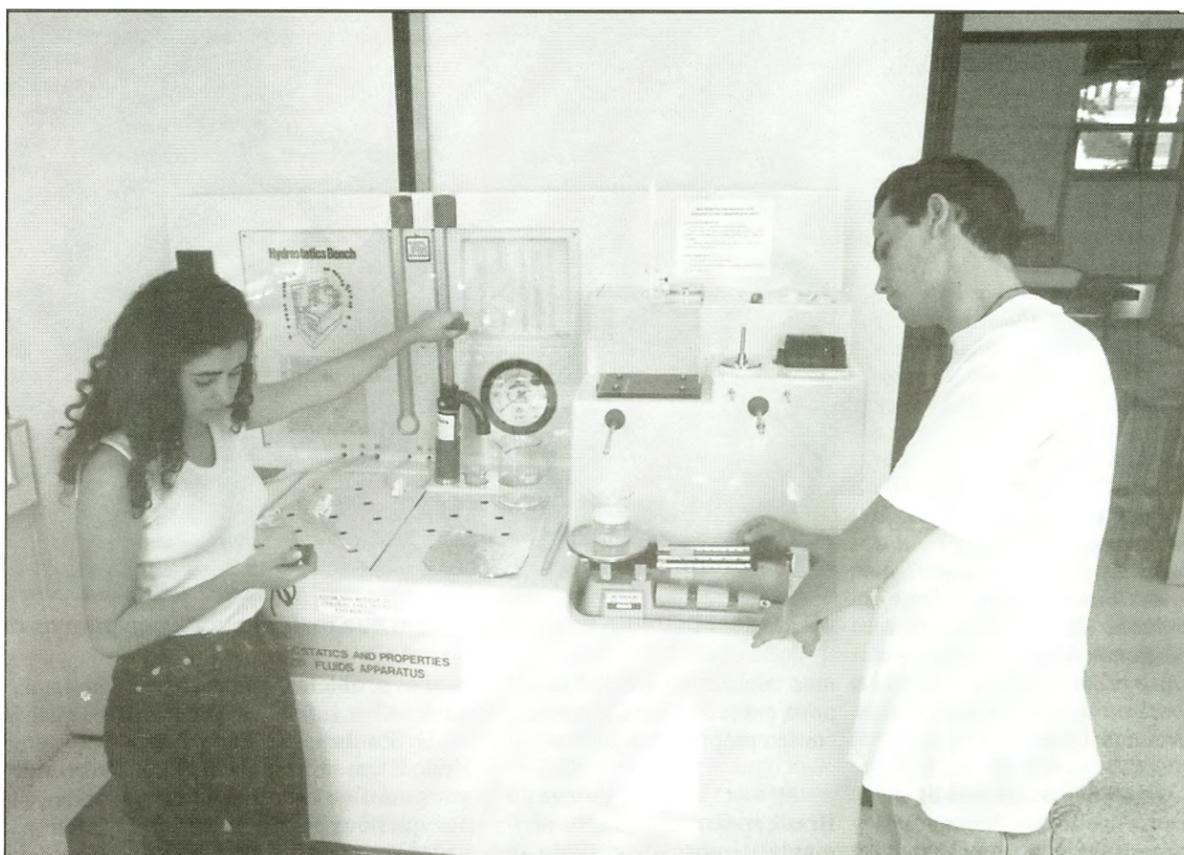
Numa época em que as altas taxas de desemprego desafiam economistas e autoridades brasileiras, o curso de engenharia química da Unicamp insiste em contrariar as estatísticas: 100% dos alunos das últimas duas turmas de formandos inseriram-se imediatamente no mercado de trabalho. A diretora da Faculdade de Engenharia Química (FEQ), professora Maria Regina Maciel, acredita que o fenômeno ocorre em virtude da qualidade acadêmica do curso alcançada nos últimos anos, o que possibilitou empregar uma média de 150 novos profissionais. "É difícil enumerar apenas um fator como responsável pelo êxito, creio que um conjunto de razões contribuíram para esse resultado", argumenta. Prova disso são as posições do curso no ranking da Revista *Playboy* e do *Guia Abril do Estudante*. No ano passado também garantiu nota A no Provão organizado pelo Ministério da Educação e do Desporto (MEC).

Na opinião do ex-diretor da FEQ, professor Rubens Maciel Filho, algumas medidas de reestruturação do curso adotadas pela diretoria nos últimos meses podem estar relacionadas com o sucesso na inserção dos formandos no mercado de trabalho. Uma delas, talvez a mais importante, trata do processo de verticalização rápida do conhecimento da pós-graduação para a graduação, através do qual se observa um importante mecanismo de alta qualificação do aluno e uma

maior interação com a pesquisa, explica Rubens. "Neste processo, os docentes da pós ministram na graduação apenas as áreas de interesse e de competência", diz.

O trabalho de incentivo ao aluno em participar de programas de iniciação científica também faz parte das medidas. "A diretoria estimula a aproximação dos alunos de pós e de graduação através de programas como os apoiados pelo Faep", afirma Regina. Estes aspectos acabam revertendo no próprio benefício do estudante, que estará, já na graduação, em contato com a pesquisa. "Quanto mais abrangente o conhecimento, melhor", observa Rubens. Outro detalhe é que em sala de aula estimula-se bastante a discussão sobre as expectativas do mercado a fim de que o aluno saia atualizado e consciente daquilo que o espera.

Associação de Ex-Alunos — Um papel fundamental no processo de colocação do aluno no mercado de trabalho é o que cabe à Associação dos Ex-Alunos e Docentes da FEQ (AExAFEQ). Desde 1993, quando foi fundada, a Associação procura estreitar relações com a indústria. Seu trabalho inclui até a produção anual de um catálogo, contendo minicurriculo



Laboratório de Propriedades Físicas: verticalização rápida do conhecimento da pós para a graduação

do formando e uma apresentação do próprio aluno sobre em que pretende se especializar. A publicação é distribuída nos meses de novembro e dezembro para aproximadamente 330 empresas dos mais variados ramos de atividades — desde bancos e produtores de cosméticos até a indústria de biotecnologia.

O trabalho começou através de contatos informais com ex-alunos que ocupavam importantes cargos em empresas da área, relata a professora Lídia Maria Maegava, do Departamento de Termofluidodinâmica.

Cerca de 50% dos ex-alunos compõem o cadastro da Associação. "Nosso objetivo principal é a interação dos antigos alunos com a faculdade de forma a estimular a ajuda mútua", diz. Com a visão que eles adquirem depois de formados, podem contribuir muito com os atuais estudantes repassando suas experiências. Os ex-alunos, por sua vez, podem sair ganhando com o contato com a nova geração, que também tem o que ensinar.

Além da produção do catálogo, bastante esperado pela indústria (para este ano já há

encomendas), a Associação também mantém uma lista de empregos *online*. "Quando surgem ofertas de emprego, os dados são disponibilizados, de forma que todas as pessoas cadastradas recebam o comunicado", explica Lídia. Afora essas atividades, a sociedade organiza seminários e debates que promovem a integração entre os ex-alunos e os atuais na própria faculdade. Outra atribuição da AExAFEQ são as atividades de confraternização. "Sempre organizamos eventos e assessoramos encontros de turmas de ex-alunos", observa.

FEEC promove encontro de ex-alunos

Vinte e seis anos depois de formado, Lourival Jorge Mendes Júnior retornou aos bancos universitários, só que desta vez para participar do 1º Encontro de Ex-Alunos da Faculdade de Engenharia Elétrica e de Computação (FEEC). Graduado desde 1972 — segunda turma do curso de engenharia elétrica — Lourival e outros 120 ex-alunos estiveram presentes ao evento promovido pela diretoria da faculdade no dia 21 de novembro. Além da confraternização, na oportunidade também foi criada a Associação de Antigos Alunos da FEEC (A3feec).

A surpresa em deparar com uma escola consolidada nos seus projetos de graduação e pós-graduação foi geral entre os ex-alunos. Inaugurada em 1967 a FEEC conta com 109 docentes, distribuídos em 11 departamentos. São 750 alunos de graduação e 650 de pós e um complexo de laboratórios de primeira linha. Uma realidade

bem diferente da observada em 1972, quando o ex-aluno e consultor autônomo Eugênio de Santista Jr. freqüentava o curso. Para ele, este tipo de interação com a faculdade é importante, pois na maioria das vezes os antigos alunos precisam de reciclagem profissional.

Em sua palestra, o reitor da Unicamp, professor Hermano Tavares, pesquisador ligado à FEEC, também evidenciou sua apreciação neste tipo de evento em que os ex-alunos, além da satisfação de reencontrar antigos colegas, podem também estudar propostas de maior integração com a faculdade. Na sua opinião, o papel da uni-



Aspecto do encontro dos ex-alunos da FEEC, no final de novembro

versidade é formar pessoal qualificado para o mercado de trabalho, e os ex-alunos hoje formam este mercado. "A universidade tem muito a ganhar com esse tipo de interação", diz o reitor. Ele propôs, inclusi-

ve, que o encontro se repita anualmente.

Associação de antigos alunos — Durante o encontro ocorreu o lançamento da Associação dos Antigos Alunos da FEEC.

A grande maioria preencheu cadastro de interessados em participar. Conforme explica o diretor da FEEC, professor Wagner C. Amaral, a A3feec baseia-se em três princípios básicos: a motivação, a missão e os serviços aos membros. Como motivação, a Associação pretende promover a integração entre ex-alunos, identificar as formas de assistência mútua entre os associados e a busca de integração com a faculdade.

Com relação aos serviços oferecidos aos membros, num primeiro momento, através de um banco de dados, poderão ser localizados antigos amigos das 26 turmas até hoje formadas na FEEC. A função deste banco de dados também seria a de um depositário de currículos, onde estariam disponibilizadas ofertas de empregos e estágios. A *home page* dos ex-alunos pode ser acessada através do endereço: <http://www.fee.unicamp.br/exalunos>. (R.C.S.)

PESQUISA

Tecnologias a laser são premiadas

Técnicas desenvolvidas no Laboratório de Laser da FCM recebem prêmio em congresso internacional

Duas novas tecnologias desenvolvidas junto ao Laboratório de Laser do Núcleo de Medicina e Cirurgia Experimental da Faculdade de Ciências Médicas (FCM) da Unicamp foram contempladas pelo Prêmio "Juarez Corrêa da Silveira", outorgado durante o 1º Congresso Internacional de Laser e Novos Recursos em Odontologia (Futura '98), recentemente, em São Paulo. O pôster "Estudo comparativo entre lesões puntuais, realizadas em músculo estriado de ratos por laser CO₂ em energia constante, variando tempo de exposição e potência", de Adriana Mariuzzo, alcançou o primeiro lugar na categoria "científico". Já o trabalho "Efeito fotodinâmico do laser de hélio neônio (HeNe) em presença de porfirinas e derivados: um modelo experimental para o estudo da destruição de tumores", elaborado por Edmyr Rosa Reis, recebeu menção honrosa na mesma categoria.

Orientados pela professora Ester Nicola, responsável pelo Laboratório de Laser, os dois estudos relatam técnicas testadas em ratos, envolvendo a aplicação de laser. Para ela, tratam-se de dois grandes avanços nas linhas de pesquisa desenvolvidas pelo laboratório e traz valiosas contribuições aos estudos sobre lesões tumorais. O tra-

balho realizado por Adriana foi objeto de sua dissertação de mestrado apresentada junto à FCM. Quanto ao projeto de Edmyr, este deverá ser ampliado e defendido como tese de doutorado.

Lesões puntuais — A pesquisa sobre estudo comparativo entre lesões puntuais centrou-se no comportamento do tecido lesado pela aplicação do laser CO₂ e os efeitos que isto determina no processo de regeneração. Para o estudo, Adriana utilizou músculo de rato e realizou aplicações de laser em três condições diferentes, variando tempo de exposição e potência, mantendo a mesma densidade de energia (10 joules) em uma área constante. Após realizar os cortes histológicos, a pesquisadora passou a observar os parâmetros de profundidade total da cratera, extensão do halo de necrose e a espessura do tecido regenerado. Essas características da lesão foram avaliadas após 24 horas, depois de quatro, sete, 15 e 21 dias. "Esta metodologia permitiu evidenciar as diferenças durante o processo regenerativo nas duas situações avaliadas", argumenta Adriana.

Como resultado das experiências, constatou-se que, aplicando pulsos de alta potência com tempo menor de exposição, obtém-se melhor qualidade de regeneração do tecido, enquanto que, na potên-

cia baixa associada a um tempo maior, o resultado foi o oposto. Embora nesta situação a lesão abrangesse uma área menos profunda, a carbonização nas margens foi mais extensa. Os pulsos de baixa potência e maior tempo permitem uma maior difusão de calor ao tecido circunvizinho à lesão, aumentando a área de destruição tecidual. Este fator determina um processo de cicatrização mais demorado.

Efeito fotodinâmico — A terapia fotodinâmica, hoje bastante utilizada no diagnóstico e no tratamento de lesões malignas, necessita basicamente da presença de um fotossensibilizador, um tecido que retenha esse fotossensibilizador e uma fonte de luz que o estimule. Neste processo podem ocorrer dois efeitos: o fotodiagnóstico — no qual a fluorescência emitida pela substância fotossensível serve para diagnóstico e localização de tecidos tumorais — e a fototerapia, em que a substância



A professora Ester Nicola (à esq.) ao lado de Adriana e Edmyr: prêmios

fotossensível, retida no tecido, uma vez estimulada por uma fonte de luz adequada, em geral um laser, transfere energia para o oxigênio tecidual, transformando-o em oxigênio *singlet*, determinando a destruição tecidual.

No trabalho de Edmyr, ele procura justamente mostrar o efeito do laser de hélio neônio (HeNe) sobre a glândula harderiana dos ratos wistar, que é rica em um importante fotossensibilizador, a protoporfirina IX, comparada com a mesma aplicação de laser sobre a glândula submandibular de características

semelhantes, porém sem o conteúdo da porfirina.

Como considerações, o pesquisador constatou a destruição do tecido, o que comprova a ocorrência do efeito fotodinâmico desencadeado pelo laser HeNe. Por outro lado, na experiência com a glândula mandibular não foi evidenciado qualquer efeito do laser. Para chegar a este resultado, Edmyr aplicou por 45 minutos o laser direto sobre a glândula harderiana, que está localizada na parte superior do globo ocular e, na seqüência, realizou a análise dos cortes. (R.C.S.)

PESQUISA

Estudo associa refluxo a broncoespasmo infantil

Pesquisadora da FCM acompanhou o desenvolvimento da doença em 80 crianças em clínica de Campinas

A íntima relação entre esôfago e sistema respiratório já começa na vida embrionária. Na quarta semana de vida intra-uterina, os pulmões e o esôfago têm origem na mesma porção e essa relação se estende para a vida pós-natal, onde eles compartilham a mesma localização na caixa torácica. Por isso a relação patológica entre esôfago e trato respiratório é motivo de muita preocupação dos pesquisadores, estando descrita na literatura há mais de um século. Entretanto, o refluxo gastroesofágico (RGE) como causa de broncoespasmo em crianças pequenas tem sido ainda pouco estudado.

A tese de doutorado "Avaliação do refluxo gastroesofágico na morbidade de lactentes chiadores atópicos e não atópicos", da pediatra Tânia Quintella, traz a avaliação do RGE no quadro clínico de crianças, alérgicas ou não, portadoras da síndrome do lactente chiador (SLC). A tese foi defendida junto à Faculdade de Ciências Médicas, na área de medicina interna, orientada pelo professor José Dirceu Ribeiro. O objetivo era caracterizar o RGE e verificar se ha-

via interação entre fatores de risco para doença respiratória como aleitamento materno, fumo passivo e permanência em creches.

Hipóteses diagnósticas — A SLC acomete crianças até dois anos de idade com chiado de repetição no peito (broncoespasmo). Este nome ficou assim estabelecido pela dificuldade de se afirmar se o chiado era asma, hipótese que a partir de 1989 vem sendo descartada. A autora procurou então identificar se um quadro de bebê chiador estaria ligado ao RGE. Apesar da similaridade, este tipo de quadro é comum a várias doenças. Um grão de pipoca que pára nos brônquios, por exemplo, pode produzir um chiado, que também ocorre em casos de tuberculose e de algumas viroses respiratórias.

Diante dessa possibilidade, a pesquisadora procurou avaliar o papel do refluxo, que significa o retorno do conteúdo gástrico ao esôfago. O termo não implica necessariamente uma doença, pois o refluxo é um evento fisiológico. Por isso cunhou-se a expressão "doença por RGE" para designar os quadros clínicos patológicos. Na prática, quando esse conteúdo retorna ao esôfago — misturado

com ácido e enzimas — provoca lesões como esofagites, às vezes seguidas de sangramentos. Outros pacientes, porém, não apresentam essas lesões, mas o conteúdo gástrico pode ser aspirado para o pulmão e vias aéreas superiores (laringe, faringe, ouvidos etc.). Outros ainda enfrentam lesões no esôfago e nas vias aéreas ao mesmo tempo.

Estudo prospectivo — Na pesquisa foram estudadas 80 crianças com a SLC com até dois anos, classificadas segundo atopia, ou seja, grau de alergia pelo índice de Akasaka modificado. O índice observa os parâmetros de idade à primeira crise de sibilância (chiado), resposta a broncodilatador, nível sérico de imunoglobulina E, antecedente familiar de atopia, estigmas pessoais de atopia. Dessas 80 crianças, 60% mostraram-se atópicas e 40% não atópicas, enquanto 61% apresentaram vômito ou regurgitação.

Outro tipo de refluxo foi analisado, no caso o fisiológico. Presente em adultos e crianças, é considerado normal e foi identificado com o aparecimento do exame de pHmetria a partir de 1974. Normalmente ocorre na primeira hora após a refeição e se caracteriza por pou-



Tânia Quintella: análise da interação entre fatores de risco

cos e rápidos episódios. A pediatra observou em um trabalho que 8% das crianças sadias apresentavam refluxo anormal na pHmetria esofágica. Dos bebês com menos de dois meses, 45% mostravam refluxo exagerado. "Entretanto — explica Tânia — é importante saber se esse refluxo está causando doença, já que, por outro lado, pode significar somente um atraso na maturação da função esofágica da criança".

Dos fatores de risco analisados, o aleitamento materno comprovou sua influência em variáveis como peso, estatura, gravidade do RGE, idade da primeira crise e intensidade da sibilância, apnéia, pneumonias, hospitalizações

e constipação intestinal. O fumo foi determinante no aparecimento da primeira crise de sibilância. A permanência em creche esteve implicada na ocorrência de otite média aguda recorrente e otite secretora. Concluiu-se que o RGE grave é responsável por grande parte da morbidade de crianças com SLC e que, além de desencadear e caracterizar precocemente a SLC, influencia a frequência e duração das crises. O RGE grave também determina anorexia, ruminação e engasgos da criança, interferindo no seu crescimento. Além disso, relaciona-se à maior frequência de tosse crônica, laringite recorrente, pneumonias e a um maior número de internações. (I.G.)

IMPrensa

Tese faz releitura da revista *Realidade*

Semanário tinha discurso de esquerda, mas não escapou à apologia do desenvolvimentismo

Marco da comunicação em uma época na qual a imprensa brasileira foi severamente controlada pela ditadura militar, a revista *Realidade* reinou soberana por dez anos, de 1966 até 1976, como a mais importante publicação periódica do país. A revista, embora seja considerada precursora da reportagem e tenha empregado jornalistas de esquerda, mesmo revolucionária na forma e no conteúdo, trazia em seus textos a apologia da modernização e do desenvolvimento à semelhança do discurso dos militares donos do poder.

Realidade, ainda que inovadora, não se absteve, de certo modo, do preconceito das elites e dos intelectuais em relação à cultura do povo. Ao mesmo tempo em que apregoava a modernização, a revista contribuiu para que o Brasil continuasse sem as mudanças de base, ainda que tenha colaborado para que o país fosse envolvido em uma aparente transformação. A importância da forma, do texto e do discurso da revista no contexto da comunicação social de um passado recente do Brasil foi o tema central da tese de doutorado "Leitura de

revistas periódicas: forma, texto e discurso. Um estudo da revista *Realidade* (1966-1976), "desenvolvida por Valdir Heitor Barzotto, com orientação do professor João Wanderley Geraldi, do Instituto de Estudos da Linguagem (IEL).

Modificações — Para elaborar o trabalho, Barzotto se apoiou nos trabalhos do francês Roger Chartier, para quem a forma exerce forte influência no significado da linguagem e que, apesar disso, a história da leitura realizada até hoje não a considera. Com base em suas pesquisas, Barzotto assinala que isso ocorre porque são raros os estudos que abordam a forma de revistas periódicas e também das produções que circularam nesse século. De posse dessa observação, decidiu aplicar a metodologia de análise de Chartier a uma publicação recente e considerada revolucionária, como é *Realidade*. A pesquisa, conta, tomou por base a composição, a textualização, a distribuição de imagens e textos, além da distribuição das informações.

Desse modo, assinala Barzotto, pôde ser observado que a forma aplicada amenizou críticas que a revista recebia de seus leitores. Foi também verifi-

cado que a inserção de anúncios dentro da disposição da matéria na página reforçava a tese de modernização apregoada pela revista. Ele lembra que, por todo o tempo em que circulou, *Realidade* passou por modificações que davam sempre ao leitor a impressão de estar vendo algo novo, como era a valorização da modernização apregoada no conteúdo dos textos. Na edição número três da revista, publicada em junho de 1966, o sumário trazia as matérias por ordem de importância de seus assuntos que, em geral, se aprofundavam na compreensão da sociedade. "Oito anos mais tarde, o sumário se limitava aos títulos das matérias que se tornaram bem mais consumíveis, com algumas delas se assemelhando aos manuais de auto-ajuda", acentua.

Essa transformação serviu para tornar a leitura mais fácil de ser compreendida. "É inegável certo engajamento com as questões sociais da época, mas a revista era publicada por uma empresa que, como qualquer outra, seguia as orientações do mercado", assinala. Nesse aspecto ele considera até mesmo a manutenção da equipe de jornalistas de esquerda como estratégia mercadológica. "Para um público



Barzotto: "Forte influência da forma no significado da linguagem"

ávido de crítica ao sistema, era importante contar com profissionais contestadores em seus quadros", acredita.

Modismos — À semelhança do que ocorre hoje com as telenovelas, a revista tratou de inserir entre a população do país alguns modismos. O exemplo é uma reportagem publicada na edição número 2, sobre a Jovem Guarda. A matéria abordava aspectos polêmicos, entre eles o vocabulário. Na revista foram marcantes também o equilíbrio das falas, que manteve sempre as críticas dentro dos parâmetros esperados. Mas em um texto sobre a seca no Rio São Francisco, segundo o

pesquisador, o desapego ao popular fica claro. "Numa lista de opiniões sobre as causas da seca, as falas pautadas numa aparente racionalidade científica tinham seus autores identificados pelo nome e pela instituição na qual trabalhavam. "Mas a de um morador da região foi classificada apenas como a 'do povo do rio', sem nome e sem função institucional", diz. Isso mostra, segundo ele, a importância de dar atenção ao modo de incorporação das falas dos entrevistados na forma do texto, pois ela participa na constituição dos sentidos que, no caso da imprensa, parecem ser sempre favoráveis à "cultura letrada". (M.C.P.)

IMPrensa 2

Jornais criaram estereótipo do suicida

Imprensa do final do século 19 notificava livre e amplamente o "ato tresloucado"

Paulo Cesar Nascimento

Ao final do século 19, notícias de mortes por suicídios eram difundidas pela imprensa de Campinas. O interesse pelo tema não se restringia a casos locais. Suicídios cometidos em outros municípios, outros estados e até mesmo em outros países também mereciam registro nos principais periódicos campineiros.

Atribuindo a grande maioria dos casos a algum tipo de distúrbio ou perturbação mental, jornais como *A Gazeta de Campinas* e *Diário de Campinas* fortaleceram a tendência observada na época de fazer do suicídio um objeto exclusivo do conhecimento médico, que se apresentava como o único profissional capaz de investigá-lo.

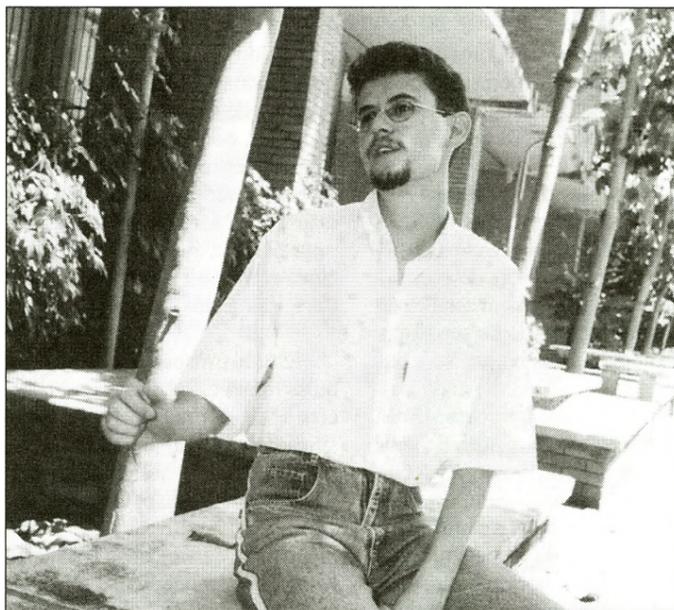
Assim, embora outros estudiosos tenham se aventurado a explorar o suicídio, os profissionais ligados à área da saúde sempre mantiveram domínio sobre o tema. Talvez por essa razão, sociólogos, filósofos, antropólogos e educadores que se debruçaram sobre a questão tenham se senti-

do obrigados a estudá-la apenas a partir dos discursos construídos pelos profissionais da saúde.

E foi o interesse por esses discursos sobre o suicídio no século 19 que levou o historiador Fábio Henrique Lopes a elaborar a dissertação de mestrado "O suicídio sem fronteiras: entre a razão e a desordem mental", defendida recentemente no Instituto de Filosofia e Ciências Humanas (IFCH) da Unicamp, com orientação do professor Ítalo Arnaldo Tronca.

Para estudar o suicídio a partir da cidade de Campinas, no período de 1870 a 1900, o pesquisador analisou casos publicados pela imprensa, algumas teses médicas defendidas no final do século 19, o Código Criminal do Império do Brasil, contos e crônicas de autores campineiros publicados em jornais e uma vasta bibliografia sobre a concepção espírita do suicídio, uma vez que Alan Kardec, mentor do espiritismo, estava compilando sua doutrina nesse período.

"Embora tenha percebido uma grande variedade de discursos que tentavam explicar as causas do suicídio, não parti deles para fazer minha análise. Optei por problematizá-los e estudar a forma como participaram da cons-



Fábio Lopes: medidas para garantir o silêncio da imprensa

trução da realidade do suicídio naquele momento histórico", explica Fábio.

Construções discursivas — Para o pesquisador, o suicídio pode ser entendido como efeito de construções discursivas. "Tanto o discurso científico como o popular e o místico acabaram criando imagens e referenciais de comportamento. Assim, nesses discursos, invari-

avelmente o suicídio era relacionado a situações extremas de desespero, caos, luta e dor", atesta o pesquisador.

Ao utilizar esses mesmos referenciais nas notícias sobre suicídio, os jornais davam ao ato conotações trágicas e desesperadas construindo no imaginário popular um estereótipo suicida. Preocupados com a repercussão desses casos divulgados pela imprensa, um considerável núme-

ro de médicos, intelectuais e até médiuns tentaram apresentar ao final do século 19 medidas e ações concretas para combater esse "perigo social".

Mas, segundo os profissionais, ao noticiar detalhadamente o lugar, os meios e os motivos que levaram várias pessoas ao suicídio, a imprensa estaria induzindo outras pessoas ao suicídio. Muitos estudiosos chegaram inclusive a propor medidas profiláticas que garantissem o silêncio da imprensa em torno do suicídio.

A luta para combater o suicídio foi ainda transportada para uma outra direção: a das obras literárias. "A leitura de livros considerados licenciosos por fazerem apologia de um ato tão condenável como esse estaria possibilitando pelo contágio, sugestão ou imitação, a morte de diversos indivíduos considerados débeis", lembra Fábio.

Na conclusão do trabalho, o pesquisador destaca que uma das principais metas do estudo foi estimular outros historiadores a adotar o suicídio como objeto de reflexão. Fábio acredita que esses profissionais podem contribuir para trazer à tona novas idéias e novas maneiras de se discutir o tema.

CABELEIREIROS
Cortes masculino, feminino, infantil
Manicure Pedicure
TODA 3ª e 4ª, PROMOÇÃO
Atendimento com hora marcada
289-0877
Rua Dr. José Anderson 435A
(ao lado do B. Real, próx. ao R6)
Cid. Universitária - Barão Geraldo



Roteiro de Oportunidades

Valise Jde Cronópio **SEBO & BRECHÓ**
Livros, Gibis, Móveis
CD's, Roupas, Tapetes
Av. Santa Isabel 246
Barão Geraldo
Fone 289-0028

BUFFET UNIÃO
79 anos de Tradição

TUDO PARA FORMATURA
Salão para 2.000 pessoas. Colação, coquetéis, jantares; baile de formatura e outros eventos.

Orçamentos: (019) 231-5956 - 231-7815
SEM COMPROMISSO. FACILITA-SE O PAGAMENTO.

R. Abolição 1.580 - Ponte Preta - Campinas - Próx. ao Hiperm. Extra

INFORMÁTICA CARUSO
TecNisys
VENDAS
MANUTENÇÃO
Av. Dr. Romeu Tórtima 413
Barão Geraldo - Campinas
Telefax: (019) 289-2734
Fone: (019) 289-9179

LED.LUZ
Materiais Elétricos

Segurança de qualidade em produtos de eletricidade para a sua residência, escritório, loja ou indústria. Várias linhas de iluminação.

VENDAS: RUA EMÍLIO RIBAS, 985 - CAMBUÍ
Fone/Fax (019) 254-4402 - 254-7202 - Campinas

LANCHONETE DA PIRÂMIDE

Pizza 40cm
Se assada, + R\$ 1,00

só R\$4,50
frango assado ou pizza grande

DIARIAMENTE DAS 17 ÀS 23 HORAS
na compra de você leva

Pizza brotinho 15 cm ou Sanduíche Churrasco
R\$ 3,50 R\$ 2,90
I chope grátis

Av. Prof. Atilio Martini 424
Cidade Universitária.
289.11.19

Pirâmide
O MELHOR EM ALIMENTOS

O pré-natal dos dentes saudáveis.

A saúde da dentição começa antes de nascerem os dentes. Antes mesmo de nascer o Bebê.

CENTRO DE ATENDIMENTO ODONTOLÓGICO PREVENTIVO PARA GESTANTES, BEBÊS E CRIANÇAS

Márcia Amar de Paula Eduardo
Especialista em Odontopediatria CROSP 42907

Galeria Flamboyant, loja 16
Fone (019) 289-6648
Barão Geraldo - Campinas

Agora com Foto Ferrari, Galleria Shopping é também lugar de boas fotos.

Câmeras KODAK, CANON, PENTAX, YASHICA, NIKON, tripés, flashes e acessórios

FOTOS PARA DOCUMENTOS NA HORA

ÓCULOS DE GRAU

ÓCULOS DE SOL: OS ÚLTIMOS LANÇAMENTOS DA B&L

FOTO OPTICA FERRARI

Venha pro Ferrari. Sua foto merece ir pro Galleria.

Revelação hora

Kodak EXPRESS

José Paulino 925 (foto) F. 231-5877
J. Paulino 895 (óptica) F. 231-5877
Treze de Maio 458 - F. 234-8985

Unimart F. 744-6909
Iguatemi F. 252-0655
Galleria F. 207-1128

ONTA É

BLUSINHAS A 10,00

Loja 1 - Galeria Flamboyant
Av. Albino J. B. Oliveira 830 - Fone (019) 289-9684

Livraria e Papelaria **Angepel**

Livros Didáticos Material Escolar e Escritório
Impressos Fiscais Xerox e Encadernação

Rua Horácio Leonardi, 12 - B. Geraldo
Campinas

LIVRARIA E PAPELARIA TOLEDO
na Faculdade de Educação Unicamp
Fone: 788-5560

(019) 289-6303
289-6304

Há quase 2.000 anos nascia Jesus, cuja doutrina mudou o mundo e, graças ao seu poder de comunicação, chegou a todos os povos. Há 13 anos o Jornal da Unicamp tornou-se o melhor veículo para falar com a população* da Unicamp, uma comunidade de alta qualificação.

*mais de 20 mil alunos, mais de 2 mil professores, mais de 6 mil funcionários, mais de 5 mil fornecedores e terceiros que prestam serviço no Campus

Pra ter um feliz 99, comece por anunciar suas boas novas no Jornal da Unicamp

Ligue para anunciar: (019) 289-3134

Vantagens Planet

CURSO ACELERADO INGLÊS E ESPANHOL
Se você está querendo dar uma boa acelerada no seu curso de Inglês ou Espanhol a hora é agora.

VOCÊ FAZ 1 ESTÁGIO EM 1 MÊS

PLANET IDIOMAS
Garanta já sua vaga!!!

40% Desconto REAL + MATERIAL DIDÁTICO GRÁTIS

Barão Geraldo - Av. Romeu Tórtima, 391 - F: 288.0071

LITERATURA

Tese analisa universo na obra de Lobato

Peter Pan é um dos personagens "emprestados" pelo autor de A Menina do Narizinho Arrebitado

Antonio Roberto Fava

Foi numa noite de 1920, enquanto jogava xadrez com um grupo de amigos na redação de sua *Revista do Brasil*, que o escritor Monteiro Lobato (1882-1948) teve uma idéia brilhante: contar histórias para crianças. Quem lhe serviu de inspiração foi Hilário Tácito, autor de *Madame Pomery*, ao iniciar uma curiosa conversa sobre um peixe que desaprendia a nadar. Lobato pegou o mote, escreveu o conto "4 Histórias do Peixinho que Morreu Afogado" e tomou gosto pela coisa. No mesmo ano publicava, pela sua editora (Monteiro Lobato & Cia), *A Menina do Narizinho Arrebitado*. Estava decretado o fim da ditadura dos contos de fadas em edições importadas e começava então a surgir a literatura infantil com jeito e características brasileiros.

Nasciam assim Narizinho, Pedrinho, a provocadora boneca Emília, o Visconde de Sabugosa, Tia Anastácia, Dona Benta e, entre outros, Peter Pan, personagem "emprestado" do escritor inglês James Barrie — personagens que viriam a povoar a imaginação das crianças por várias gerações. E foi especialmente Peter Pan que a professora de literatura brasileira,

Adriana Silene Vieira, escolheu como objeto de um estudo que se transformou na dissertação de mestrado "Um inglês no Sítio de Dona Benta — Estudo da apropriação de Peter Pan na obra infantil lobatiana", apresentada ao Departamento de Teoria Literária do Instituto de Estudos da Linguagem (IEL), sob a orientação da professora Marisa Lajolo. A pesquisadora procurou entender como se deu o processo de apropriação e adaptação da personagem estrangeira na obra de Monteiro Lobato — tido como o criador da literatura infantil brasileira — sem que isso possa ser considerado plágio ou apropriação indébita.

"Ao analisar o trabalho de Lobato pude verificar que o escritor toma a obra do autor inglês e dialoga com ela, num processo explícito de intertextualidade. Através dessa relação entre suas personagens e as de outros textos, universais, o autor se apropria de obras, subvertendo suas histórias segundo critérios e objetivos próprios", explica a pesquisadora. A apropriação de Lobato — dono de um estilo original, criativo e repleto de brasilidade — é uma reinação com as personagens de Barrie transpostas para o universo brasileiro com todas as suas características. A apro-

priação, ou adaptação, de Peter Pan para o universo do Sítio, ocorre de formas diversas em diferentes textos infantis do autor: quando as personagens de Lobato comentam a respeito de Peter Pan nas obras *O Irmão de Pinóquio* e *O Circo de Escavallinho*, publicadas em 1927; ou, num segundo momento, a apropriação do livro Peter Pan (1930), de Monteiro Lobato, cujo texto é adaptado e apresentado por Dona Benta (avó de Narizinho e Pedrinho), que primeiramente lê a história original, e depois a conta às demais personagens do Sítio.

Proposta — Uma das diversões prediletas da turma do Sítio é ouvir Dona Benta contar histórias de aventuras misturando personagens da vida real com figuras do folclore brasileiro. Segundo Adriana, as personagens de Lobato, como Emília, o Visconde de Sabugosa (sabugo de milho que ficou inteligente depois de ficar esquecido numa biblioteca), Saci, Cuca, entre outros, volta e meia retomam em outras narrativas. Por exemplo: a adaptação de Peter Pan feita por Monteiro Lobato é uma história contada dentro de uma história, quer dizer, uma história contada por Dona Benta a seus netos e demais personagens do Sítio do Pica-pau Amarelo, ao longo de vários se-



Adriana: tese sobre o criador da literatura infantil brasileira

rões domésticos. A obra inglesa *Peter Pan and Wendy* acaba se transformando em *Peter Pan de Lobato*, que tem ainda o subtítulo de *A História do Menino que não Queria Crescer*.

O trabalho de Lobato na transposição da obra de Barrie para o contexto brasileiro parece fazer parte de seu projeto de criar uma literatura infantil brasileira, proposta que fica explicitada em vários trechos de sua correspondência com o escritor Godofredo Rangel, mais

tarde reunida no livro *A Barca de Gleyre*. Para a pesquisadora, ao estudar a presença de Peter Pan na obra lobatiana, foi necessário investigar o processo pelo qual Lobato retira a história de seu meio original, mudando seu enredo, de forma a adaptá-la ao contexto do Sítio do Pica-pau Amarelo e, por extensão, ao universo do Brasil. "Essa contextualização, por hipótese, é uma forma de tornar a história mais acessível às crianças brasileiras", explica Adriana.

MÚSICA

Livro mapeia compositores do passado

Musicóloga reúne e analisa mais de 700 obras dos séculos 18 e 19

A música que se fazia nos séculos 18 e 19, apesar da riqueza que a caracteriza, era desconhecida do público e pouco executada nos salões e teatros brasileiros da época. Isso não impediu, no entanto, que surgissem autores líricos com o talento e a genialidade de um Carlos Gomes, autor de *O Guarani*, talvez o compositor brasileiro mais importante de todos os tempos.

Foi com a intenção de resgatar obras e autores clássicos que a musicóloga Lenita Waldíge Mendes Nogueira, responsável pela área de Documentação e Acervo do Centro de Documentação de Música Contemporânea (CDMC-Unicamp), elaborou o *Museu Carlos Gomes: Catálogo de Manuscritos Musicais* (Arte & Ciência). O livro, que contém mais de 700 obras analisadas e comentadas pela autora, é peça imprescindível para pesquisadores e serve de referencial não apenas para especialistas em musicologia histórica mas também para estudantes de música, instrumentistas e até mesmo leigos. A fonte para a pesquisa de Lenita, para a elaboração do catálogo, foi o Museu Carlos Gomes, com sede em Campinas. Fundado em 1954, o

acervo do Museu é composto por dois tipos de coleções: a de Manuel José Gomes (1792-1868), o Maneco Músico, com obras de diversos compositores, e de Carlos Gomes (1836-1896), onde estão guardados originais e obras do compositor, autor, entre tantas outras composições, de *O Burrico de Pau*.

O livro de Lenita traz o início das peças musicais seguido de informações básicas para que o interessado em resgatar o patrimônio musical brasileiro encontre no Museu os manuscritos completos, não apenas dos mais importantes autores desconhecidos daquela época ou que ficaram ignorados com o passar do tempo. Manuel José Gomes, o Maneco, pai de Carlos Gomes, foi o responsável pela maior parte dos manuscritos colecionados desde o começo do século 19. Nascido em Santana do Parnaíba, lecionou música, enquanto mestre-de-capela da Sé de Campinas, de 1815 até sua morte em 1868, quando então tinha a obrigação de realizar concertos e preparar o repertório executado durante as missas. Ao lado disso, conservava a hábito de copiar e arquivar as partituras de músicas para o uso cotidiano. "Foi a forma que encontrou para preservar os manuscritos, não apenas os dele mas tam-

bém os de outros compositores brasileiros e estrangeiros", diz Lenita.

Importância — O livro é dividido em coleções de Manuel José Gomes e Carlos Gomes. A primeira é composta de catálogos temáticos e não-temáticos, sempre em ordem alfabética. O primeiro bloco, que traz 379 manuscritos, "compreende algumas das mais importantes obras para a cultura brasileira", diz a pesquisadora. O segundo contém peças de compositores editadas e peças circunstanciais, apresentadas no catálogo da seguinte maneira: cada verbete da primeira parte da peça vem organizado com título original, instrumentação, origem e data do documento, além do *incipit*, isto é, os compassos iniciais da partitura, e descrição sequencial da obra, assim como o andamento, tonalidade e número de compassos. A coleção de Carlos Gomes contém somente obras do compositor de *O Guarani*.

Além da análise das obras, Lenita Nogueira fornece uma série de informações biográficas dos compositores listados. Na página 364, por exemplo, além das observações feitas pelo copista Thomaz Morato do Canto, em 1936, há uma observação da autora do catálogo com refe-



A musicóloga Lenita Nogueira, do CDMC da Unicamp: catálogo

rência à música *Uma Paixão Amorosa*, composta provavelmente em 1894. "É a primeira composição de Carlos Gomes que se conhece", diz a musicóloga — e seguem as observações do copista, cujo manuscrito original está arquivado no acervo do Centro de Ciências Letras e Artes. "Um dos mais importantes compositores da época sem dúvida foi Sant'Anna Gomes (1834-1908), que, além de irmão de Carlos

Gomes, era um músico de raro talento", opina Lenita. O livro apresenta ainda outros compositores famosos como Carlos Gomes, André da Silva Gomes (1752-1844) — que não era parente do compositor —, o padre José Maurício Nunes Garcia (1761-1830), Jesuíno do Monte Carmelo (1764-1819), amigo de Maneco, e mestres do barroco mineiro, como Lobo de Mesquita (1746-1844) e Manuel Dias de Oliveira (1738-1813). (A.R.F.)